

Álvaro Bandarra

Nelly Jazra

Sobre a revolução agrária argelina¹

INTRODUÇÃO

Talvez seja ainda muito cedo para tirar conclusões (que não quereríamos apressadas) referentes a uma análise aprofundada da *revolução agrária argelina*². Dois anos se passaram depois do seu arranque inicial: a *Carta da Revolução Agrária* foi tornada pública em 8 de Novembro de 1971, mas a sua aplicação efectiva só realmente começou depois de Agosto de 1972.

Há vários anos que se esperava o aparecimento deste texto legal. Se quisermos recuar alguns anos, vemos que esta ideia já se encontrava nas bases do acordo do congresso de Soumman (1956)³, no programa de Trípolis (1962) e na *Carta de Argel* (1964). Quer isto dizer que todos estes documentos elaborados pela F. L. N. durante a longa luta contra o colonialismo (1954-62), continham os anseios da futura revolução agrária. Depois da independência (1962), muitos outros projectos foram elaborados e remodelados e sempre consecutivamente rejeitados ou adiados para mais tarde. Poder-se-ia perguntar quais as razões fundamentais dos adiamentos da promulgação da reforma agrária, quais as outras preocupações do Governo argelino depois de 1962 e porque é que o ano de 1971 foi um marco decisivo na política do país.

¹ Este artigo é resultado de uma série de investigações elaboradas no Centre National de Recherche en Économie et Sociologie Rurale, pertencente ao Institut National de la Recherche Agronomique Algérien (incorporado no Ministère de l'Agriculture et de la Réforme Agraire). O grupo de investigadores, no qual estivemos integrados, dedicou-se, até 1972, ao estudo do sector privado agrícola denominado, em geral, sector «tradicional», em oposição ao sector «modernos». Depois da data referida organizámos o nosso trabalho de investigação de maneira a podermos seguir as diferentes fases da aplicação da reforma agrária. Debruçámo-nos principalmente sobre os problemas surgidos numa zona cerealífera, fazendo parte da wilaya do Titteri (divisão administrativa correspondente ao distrito português).

As publicações a que nos referimos são mais particularmente: *Agriculture de subsistance, La première année des capra dans une région céréalière* e *Les deux premières années de la révolution agraire dans une daira céréalière*.

² O qualificativo de *revolução* entrou no vocabulário oficial, substituindo a usual expressão *reforma agrária*, considerada como um conjunto de medidas de âmbito mais limitado.

³ Importante reunião dos dirigentes da Frente de Libertação Nacional (F. L. N.) durante a guerra de libertação, a qual cimentou as bases do seu futuro programa político.

Mas, antes de tentar responder a estas questões, preferimos apresentar uma breve resenha da agricultura argelina, particularmente dos aspectos que na lógica da nossa análise serão mais desfocados.

A agricultura argelina deve ser vista através da diversidade dos seus sectores: o sector socialista, ou autogerido, o sector privado e, o mais recente em data, o sector cooperativo.

As terras mais ricas, e com maiores potencialidades, situadas no Norte do país, formavam, antes de 1962, as grandes propriedades dos colonos. Estes tinham-nas escolhido há mais de um século. Durante a guerra de libertação, estes domínios foram abandonados. Em 1963, cerca de 2 300 000⁴ ha foram recuperados pelo Governo argelino e, consequentemente, nacionalizados, constituindo, após a promulgação do decreto de Março de 1963, o sector autogerido. Os estatutos da autogestão atribuíram aos antigos operários agrícolas as propriedades coloniais, concedendo-lhes o direito de gestão destas explorações. Estes estatutos confirmaram a situação de facto do ano 1962-63, ano em que os trabalhadores se tinham organizado espontaneamente para evitar a perda da colheita do ano da independência. Em seguida foi instaurada uma organização centralizada, através da qual os operários perderam a possibilidade que lhes tinha sido dada de gerirem as suas explorações. Este poder de gestão foi em grande parte recuperado pelos organismos estatais a montante e a jusante da produção e pela administração dependente do Ministère de l'Agriculture.

A outra parte do sector agrícola, constituída essencialmente por propriedades privadas, não sofreu modificações de vulto, assim como não houve transformações no chamado sector *tradicional*, que continuou no seu estado de estagnação. Este último sofria as consequências do desenvolvimento capitalista, que criara raízes nas explorações coloniais. Este sector *tradicional* foi desmantelado pelo agrupamento da população rural, posto em prática pela administração colonial⁵, e conheceu uma pressão demográfica cada vez mais forte, fornecendo assim ao sector capitalista uma mão-de-obra barata, que, explorada sem limites, constitui uma reserva importante de força de trabalho. A importância do desemprego e o estado arcaico deste sector agrícola (que se estendia por 4 milhões de hectares de superfície agrícola cultivável) foram os dois problemas mais importantes herdados pelo jovem estado argelino.

À sombra das grandes coloniais desenvolve-se um sector privado argelino formado por grandes explorações modernas e mecanizadas. Uma parte delas eram dirigidas pelos *aliados* dos colonos, participando com eles no poder (os *caïdes*). Assim foi criada uma categoria de intermediários que serviam para melhor explorar o *indígena* e repartiam uma parte do sobreproduto oriundo da população agrícola. (Estas explorações mantêm-se e vão mesmo desenvolver-se após a independência.) O seu número (à volta de 16 000) não é muito importante e a partida dos seus antigos aliados rouba-lhes a possibilidade de participação política depois da independência. Porém, nas vésperas da aplicação da revolução agrária, a sua pressão faz-se sentir bastante, tanto mais que entretanto eles tinham podido consolidar as suas posições, implantando-se nos outros sectores

⁴ *Revue de Statistique agricole*, Ministère de l'Agriculture et de la Réforme Agraire, n.º 7, Dezembro de 1968.

⁵ P. Bourdieu e A. Sayad, *Le déracinement*, Paris, Ed. du Minuit, 1965.

económicos (indústria, comércio). Defendendo os seus interesses, directamente postos em causa, constituem, sem dúvida alguma, um dos maiores obstáculos à transformação profunda das estruturas agrícolas.

O quadro que segue, que se refere a 1966 ⁶, dá uma ideia da repartição das terras entre os diferentes sectores da agricultura, assim como da distribuição intersectorial da mão-de-obra:

**Repartição das terras e da população masculina activa
nos diferentes sectores agrícolas (a)**

IQADRO N.º 1J

Sectores agrícolas	Repartição das terras		Repartição da população masculina activa		
	Superfície agrícola útil (1000 ha)	Percentagem	Cultivadores		Assalariados
			Número	Percentagem	
Socialista	1 900	28	—	—	165 000
Privado:					
Grandes explorações	900-1 000	13-14	16 000	3	163 000
Pequenas explorações	4 000	60	508 000	97	—
Sem terra (desempregados)	—	—	—	—	623 000
Totais	6 900	100	524 000	100	952 000

(a) Dados extraídos de Marc Olivier, «Révolution agraire et mobilisation des masses», in *Revue Algérienne des Sciences Juridiques, Économiques et Politiques*, Março de 1973, p. 59.

Aparentemente, o sector socialista emprega pouca mão-de-obra, mas, na realidade, seria preciso acrescentar a estes trabalhadores permanentes (os únicos que foram considerados) todos os outros trabalhadores que só participam nos trabalhos durante os períodos da colheita (citrios principalmente) e da vindima (a importância da vinha diminuiu consideravelmente após a reconversão de alguma desta cultura). Estes últimos, cujo número já foi avaliado em 100 000, foram considerados, mas nem sempre, pequenos cultivadores do sector privado, ou então desempregados. A noção de desemprego é bastante vaga devido ao facto de a maioria dos trabalhadores agrícolas estarem ocupados apenas durante uma pequena parte do ano, principalmente aqueles que possuem uma exploração de superfície diminuta.

Esta situação do emprego vai determinar toda a política agrícola posterior à independência, a qual consistiu (até 1971) em medidas de assistência em relação ao sector privado e em obras públicas para assegurar o pleno emprego (*chantiers de plein emploi*), cuja rentabilidade era nula ou muito fraca. A situação da população rural (mais de 6 milhões dos 12 milhões da população total de 1966)⁷ não se modificou. Estas medidas

⁶ Os dados da população são números aproximativos. As superfícies das terras cultivadas foram tiradas das estatísticas agrícolas do Ministère de l'Agriculture et de la Réforme Agraire (MARA) provenientes do último recenseamento agrícola (1956) e que foram pouco actualizadas. Esta ausência de dados exactos irá possivelmente ser remediada com a actual realização do cadastro, efectuada no âmbito da revolução agrária, mas cuja efectivação ainda não foi concluída.

⁷ A população actual está avaliada em 14 milhões de habitantes, segundo projecções baseadas numa taxa de crescimento de 3,2.

limitavam-se a assegurar a continuação de condições de sobrevivência. Modificações mais substanciais eram aguardadas em consequência dos investimentos avultados nos outros sectores da economia nacional.

Com efeito, depois do primeiro plano trienal (1967-70), o país foi lançado numa política de industrialização intensiva, construindo uma indústria pesada de grande importância e assentando as bases das indústrias transformadoras. Os investimentos directamente produtivos previstos no primeiro plano quadrienal (1970-73) destinavam à indústria 10 118 milhões de dinares⁸, enquanto a agricultura absorvia só 3360 milhões de dinares⁹. A fracção dos investimentos na indústria no segundo plano quadrienal (1974-77) aumentou consideravelmente, mas a parte respeitante à agricultura aumentou devido à revolução agrária. O acréscimo dos investimentos destinados à agricultura de 1970 a 1974 seria de 128 % isto é, 32% em média por ano¹⁰.

Para situar a revolução agrária no seu contexto e tentar explicar esta longa espera que precedeu o começo da sua realização, podemos afirmar que efectivamente o ano de 1971 marca uma reviravolta na política argelina. Com efeito, o período de 1962-71 foi essencialmente dedicado a cortar os laços de serventia económica com o capitalismo francês, objectivo considerado como prioritário. «Assim, esta política de espera, inserida numa estratégia global de transformação revolucionária do conjunto da formação social argelina, é o resultado da aliança das forças sociais nacionalistas, que juntam os seus esforços para levar a bom termo a libertação económica interna do país em relação ao sistema imperialista.»¹¹ Esta política nacionalista realiza-se por intermédio das nacionalizações, das quais as mais importantes são, sem dúvida, as nacionalizações petrolíferas de 1971, que marcam duma maneira espectacular o fim da era da dependência, inaugurada no início da colonização.

Em Novembro deste mesmo ano foi promulgada a *Carta da Organização Socialista das Empresas*. Esta prevê uma participação importante dos trabalhadores nas estruturas de gestão e de *contrôle* das principais empresas estatais, as «sociedades nacionais», podendo de algumas delas (tais como a SONATRACH — Sociedade Nacional dos Petróleos e dos Hidrocarbonetos) constituir uma ameaça para a política socialista do estado.

As medidas até aqui tomadas tinham permitido consolidar as posições do poder político no domínio económico, e mais particularmente industrial. As nacionalizações dirigidas contra os interesses estrangeiros permitem à burguesia fundiária continuar a manter os seus interesses intactos e mesmo fazer dela uma aliada do poder político do estado. Mas os interesses desta classe são agora directamente atingidos através da aplicação da revolução agrária.

Assim, a revolução agrária parece inserir-se num esquema de transformações progressistas que têm como objectivo a modificação das estruturas sociais. A relação de forças, tendo evoluído depois da independência, tornava possível a aplicação de tais medidas.

Para melhor compreender a importância e o significado desta revolução agrária, comecemos por analisar as estruturas agrárias privadas existentes

⁸ 1 dinar = 6\$, aproximadamente.

⁹ Plano quadrienal de 1970-73, relatório geral.

¹⁰ «Secteur agricole et Plan quadriennal», in *Terre et Progrès*, Junho de 1974.

¹¹ Marc Olivier, *op. cit.*

antes da aplicação das medidas de reestruturação; em seguida abordaremos os objectivos fixados pela revolução agrária e os meios utilizados para instaurar as novas estruturas; finalmente, vamos tentar equacionar os problemas encontrados aquando da sua aplicação, não esquecendo, evidentemente, o facto de o processo só agora ter principiado.

I

AS ESTRUTURAS EXISTENTES E A NECESSIDADE INTERVENTORA DA REFORMA AGRÁRIA

Ocupar-nos-emos nesta parte do sector agrícola privado. Com efeito, a revolução agrária liga-se essencialmente à propriedade agrícola privada, assim como a outras formas de propriedade (antigas propriedades do estado chamadas dominiais, comunais, propriedade das tribos: *arch*, etc.), e, portanto, com exclusão do sector autogerido.

1. Estruturas fundiárias

1.1 *Repartição desigual da terra*

As explorações privadas estavam repartidas da seguinte maneira no Norte da Argélia (o Sul é essencialmente constituído pelo deserto do Sara):

Repartição das explorações do sector privado em função das categorias de superfície

[QUADRO N.º 2]

Superfície (hectares)	Número de explorações	Percentagem	Total da superfície agrícola útil (milhares de hectares)	Percentagem
50	16 500	7	1,1	25
10-50	147 000	10	2,2	50
5-50	114 000	10	0,7	15
5	310 000	28	0,5	10
0	500 000	45	0	0
Totais	1 087 500	100	4,5	100

Fonte: Inquérito do MARA. Números da *Carta da Revolução Agrária*, publicada a 8 de Novembro de 1971.

«Quer dizer que, segundo o texto da *Carta da Revolução Agrária*, os grandes exploradores, representando 3 % do total, dispõem de 25 % da superfície cultivável, enquanto os camponeses insuficientemente dotados, representando metade das explorações, dispõem só de 10 % da mesma superfície.»

As terras mais ricas, situadas no Norte do país, são também aquelas onde as superfícies das explorações são as mais importantes, enquanto as pequenas explorações se concentram nas regiões montanhosas (Cabília

Aurès...). É preciso também atender a que 36 %¹² das superfícies do sector privado estão consagradas à cultura de cereais e dos cítrinos e à horticultura, sendo praticadas as outras culturas mais exigentes principalmente nas terras dos domínios autogeridos (terras de que os colonizadores se tinham apropriado em detrimento dos camponeses).

Esta propriedade privada inclui as terras *arch*, que pertencem às tribos, ou a agrupamentos familiares mais restritos. Entretanto, sendo a maior parte destas terras consagradas a pastagens extensivas, não são incluídas na «superfície agrícola útil». Também foram integradas na categoria de propriedade privada as terras *habous*, que pertencem às instituições religiosas e constituem propriedades de grandes superfícies. Disposições especiais serão tomadas na altura da aplicação da revolução agrária relativamente a estas duas categorias de propriedades.

1.2 Importância do absentismo¹³

Os números já citados referem-se essencialmente aos agricultores que exploram directamente as suas terras; por outro lado, se tivermos em conta as formas de propriedade da terra, verificamos que o número de absentistas não é para desprezar. Infelizmente, não dispondo de estatísticas relativas ao número de absentistas, teremos de esperar pelos resultados do recenseamento das terras agrícolas, ainda não concluído. Contudo, alguns resultados já obtidos numa das zonas indicam que 20 % a 30 % dos proprietários são absentistas. Tendo sempre em conta que os números não podem ser generalizados a todo o país, poder-nos-emos interrogar sobre a representatividade desta categoria de proprietários e as razões deste absentismo.

Entre os absentistas que dispõem de grandes superfícies distinguem-se aqueles que vivem doutros recursos não agrícolas e pertencem à categoria dos funcionários, empresários industriais ou comerciantes, para os quais a renda da terra constitui um sub-recurso importante e que raramente é reinvestido no sector primário. Encontram-se nesta categoria propriedades constituídas na época turca e que foram muitas vezes ampliadas durante o período da colonização, através da expropriação dos pequenos proprietários. A forma de exploração destas propriedades, como veremos a seguir, baseia-se em relações de produção essencialmente pré-capitalistas.

Certos absentistas que dispõem de grandes superfícies, e que de modo nenhum exploram directamente a totalidade das suas terras, podem, contudo, explorar uma parte e ceder o resto sob a forma de exploração indirecta.

Uma outra categoria de absentistas é constituída pelos proprietários de explorações médias (10 ha a 20 ha) que abandonaram o sector agrícola e puderam quer encontrar empregos «permanentes» através dos circuitos familiares ou das relações de conhecimento, quer emigrar para França. A maior parte destes absentistas possuem terras indivisas: um ou vários membros da família, ficando na exploração familiar, partilham a colheita com os absentistas. Noutros casos, a parte apropriada pelos indivisários

¹² *Statistiques agricoles du MARA*, 1971.

¹³ Segundo a *Carta da Revolução Agrária*, são considerados absentistas todos os que não exploram directa e pessoalmente as terras que lhes pertencem.

é simbólica, não resultando duma partilha igualitária. Isto acontece quando os indivisários são numerosos e, por consequência, a sua parte é sensivelmente reduzida, ou então quando as suas receitas são notoriamente mais elevadas. Nestes casos, o absentista não só recebe uma parte diminuta da colheita, mas também subvenciona as necessidades da exploração, assegurando assim, não apenas a sua reprodução simples, mas também, muitas vezes, a sua reprodução alargada, através da renovação dos meios de produção, substituindo os instrumentos arcaicos por outros mais modernos.

A última categoria de absentistas é constituída pelos proprietários de pequenas superfícies, na maioria dos casos eles também em regime de indivisão. A diferença essencial em relação à categoria precedente reside no facto de, não podendo sobreviver na base dos recursos desta exploração, emigrarem, constituindo assim uma reserva de mão-de-obra e empregando-se como trabalhadores sazonários, quer nas unidades agrícolas autogeridas, quer nas indústrias das zonas urbanas. A sua condição precária obriga-os a manter laços estreitos com a exploração agrícola, a qual, muitas vezes, contribui para a reprodução da sua força de trabalho, pelo facto de eles poderem estar uma parte do tempo desempregados. O seu estado absentista é instável, acontecendo terem eles de regressar à exploração e serem substituídos por um ou outro membro da família, que, por sua vez, procura um trabalho assalariado. Não se incluem nesta categoria os camponeses que se ausentam durante curtos períodos, mas aqueles que o fazem durante vários anos. Examinemos em seguida as migrações sazonais.

Através do estudo do absentismo vê-se aparecer um elemento importante relacionado com as diversas formas de exploração da terra. Este elemento é constituído pelas relações familiares, que são sempre concomitantes com as relações económicas. Esta rede de relações familiares atrasa a penetração das relações de produção capitalistas e a proletarianização, ou, mais exactamente, a subproletarianização dos pequenos agricultores, processo que se acelerou durante os últimos anos. Este tipo de relações de produção vai ser modificado pela revolução agrária, no que concerne às explorações atingidas pelas medidas que serão ulteriormente tomadas. No entanto, se a revolução agrária quer evitar a penetração das relações de produção capitalistas, que poderiam facilmente instaurar-se, uma vez abolidas as relações existentes, esta revolução agrária deve substituí-las por novas relações baseadas essencialmente na exploração da terra através de novas formas colectivas.

Examinemos agora as diversas formas da exploração da terra que a revolução agrária quer transformar.

2. Formas de exploração da terra

2.1 Formas de exploração indirecta

a) *A associação «chikra»* — A associação é o processo mais utilizado de exploração indirecta da terra. Ela apresenta-se sob a forma de associação de meeiros nas zonas cerealíferas.

É geralmente estipulado neste contrato de associação que o proprietário entrega a terra e metade das sementes, enquanto a outra parte fica encarregada de cultivar essa terra pelos seus próprios meios, tendo, além disso, de se responsabilizar pela entrega da outra metade das sementes.

A colheita é partilhada a meias por ambas as partes. Várias modificações são introduzidas nesta forma de associação, especialmente quando intervêm instrumentos de trabalho, como o tractor (substituindo a charrua puxada pelos animais de trabalho), ou quando o associado emprega assalariados. As despesas são contabilizadas em espécie e subtraídas da colheita. Não entraremos nos pormenores das diferentes formas de associação, contentando-nos em apontar as duas características principais:

A evolução da associação pela tomada em consideração da parte do trabalho (parte da colheita que serve para remuneração dos trabalhadores ou do associado) permitiu que esta associação se conservasse, assimilando as relações de produção capitalistas, embora ela constituísse uma forma de exploração característica do modo de produção pré-capitalista. Assim, em vez da parte do trabalho equivalente ao quinto da colheita, a parte dos assalariados (sobretudo na ceifa) é retirada da colheita, em espécies. O associado, quando trabalha, retira o quinto e o resto é dividido a meias com o proprietário da terra.

Sempre que há uma associação entre familiares, a parte do trabalho muitas vezes não é descontada. Isto ajuda a caracterizar as relações sociais de produção quando a relação familiar e a relação económica estão confundidas. Nestas relações coexiste uma forte exploração do trabalho, o que aumenta, na realidade, a parte da renda retirada. Mas, como já dissemos, estas relações evoluíram, e, assim, nos casos de explorações de dimensões importantes, a evolução dá-se no sentido de descontar uma parte do produto ao trabalho do cultivador directo e que é membro da família.

Assim, esta forma de exploração indirecta da terra mantém-se, permitindo essencialmente a satisfação de duas exigências: duma parte, a implantação de relações capitalistas no seio do sector agrícola privado; doutra parte, a manutenção das relações familiares. Estas relações familiares contribuíam, por um lado, para perpetuar um certo auxílio do absentista, e, por outro lado, para reproduzir a força de trabalho dos sazónários.

b) O «*khammessat*» — Contrariamente ao assalariado agrícola, cujo trabalho é pago em espécie, o *khammés* que participa na totalidade do processo de produção recebe o *khem*s, quinta parte da colheita. O *khammés* não possui nenhum meio de produção e contribui somente com a sua força de trabalho. Esta relação de produção favorece uma maior exploração do trabalhador, através não só da fraca remuneração recebida, mas também das diversas obrigações assumidas para com o proprietário, principalmente através da sua progressiva situação de devedor.

Disto resulta a sua obrigação de continuar ligado à mesma exploração agrícola. O *khammessat* tinha-se mantido nas regiões onde dominam as relações de produção pré-capitalistas, enquanto o número de assalariados aumentava nas outras. A passagem do *khammessat* ao assalariado, característica principal da passagem ao modo de produção capitalista, é acompanhada da introdução de novas técnicas e da modernização das explorações. Assim, depois dum período de aumento rápido dos *khammés* no princípio do século, pela transformação dos pequenos agricultores em

khammés, o número destes últimos teria diminuído a favor dos assalariados. É necessário sublinhar que a renda extorquida pelo trabalho dos *khammés* equivale, em princípio, a quatro quintos do produto total do processo de produção, uma vez subtraído o montante do imposto e o preço das sementes¹⁴. Assim, esta forma de divisão da colheita, que, por um lado, não podia favorecer o rápido desenvolvimento das forças produtivas, permitia, por outro, a extracção dum elevado sobreproduto, através da exploração da força de trabalho. Esta forma de exploração vai ser energeticamente combatida pela revolução agrária.

c) *A locação das terras* — A locação das terras substituiu em certas regiões a associação. A renda em espécie paga ao proprietário serve para remunerar o factor terra, encarregando-se o locatário da exploração desta e do fornecimento dos outros factores. Não nos vamos deter sobre esta forma de exploração, de prática bastante frequente noutros países, contentando-nos apenas em dizer que ela raramente se encontra nas regiões cerealíferas, praticando-se, porém, de preferência nas regiões de culturas intensivas, onde o nível de desenvolvimento das forças produtivas é já suficientemente evoluído. Tendo esta forma de exploração as características da renda capitalista, ela favorece o emprego de trabalhadores assalariados.

Servindo para transferir o sobreproduto da agricultura para outros sectores e constituindo um açambarcamento do sobretrabalho através da renda, esta forma de exploração indirecta vai ser extinta com a revolução agrária.

2.2 *A exploração indirecta da terra e as diferentes categorias de exploração agrícola*

Para compreender o impacte das medidas impostas pela revolução agrária é preciso examinar as características das diferentes formas de exploração agrícola. Sem abordar a exploração agrícola caracterizada pelas relações de produção pré-capitalistas, relações que já vimos (associação, *khammessat*), vamos examinar a exploração de tipo familiar e particularmente a exploração moderna capitalista.

a) *Exploração de tipo familiar* — Encontra-se essencialmente nas regiões caracterizadas pela pequena propriedade, de área geralmente inferior a 10 ha, e tem as seguintes características:

Baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas: os instrumentos utilizados são, em geral, rudimentares, não mecanizados, ou sendo-o só parcialmente (aluguer do tractor em curtos espaços de tempo), e verifica-se pouco ou nenhum emprego de adubos ou de sementes seleccionadas. Disto resultam os baixos rendimentos destas explorações, já de si pouco favorecidas pela medíocre qualidade das terras e pela baixa produtividade da força de trabalho, essencialmente familiar.

¹⁴ A. Ben-Naoum, «Les lois foncières coloniales et leurs effets en Algérie (1930-1930)», in *Revue algérienne des Sciences Juridiques, Économiques et Politiques*, Março de 1973.

Autoconsumo e isolamento do mercado: a maior parte da produção destas explorações destina-se ao consumo dos membros da família, sobretudo os produtos cerealíferos. Os poucos produtos vendidos provêm essencialmente duma pequena criação pecuária. A ausência de estruturas de abastecimento e de crédito contribui para o isolamento destas explorações.

Indivisão e paralisação: a propriedade está, na maioria dos casos, indivisa, o que permite à exploração manter-se a um nível de auto-subsistência. Logo que esta é partilhada, a cada um dos membros da família caberá 1 ha ou 2 ha, por vezes menos e sem nenhuns meios de tracção. Desta feita está aberta a via para uma proletarização, em consequência duma salarização que, de parcial, acaba por ser completa.

Combinação dos recursos da exploração com o trabalho assalariado: esta combinação das fontes de rendimento constitui uma característica essencial das explorações deste tipo. Sendo insuficientes os recursos provenientes da exploração, um ou vários membros da família recorrem ao trabalho assalariado temporário, a fim de assegurarem o rendimento indispensável para a subsistência dos restantes membros da família, assim como para a reprodução dos meios de produção. É assim que (contrariamente ao que pretendem certos autores, defensores dum certo dualismo das estruturas agrárias) estas explorações se integram num sistema onde dominam as relações de produção capitalistas, através da venda da força de trabalho dos membros dessas explorações. Por outro lado, constituem um reservatório de mão-de-obra, permitindo que os salários se mantenham a um baixo nível. Além disso, estes salários só permitem que estes trabalhadores reproduzam principalmente a sua força de trabalho, visto que uma parte desses salários se destina à reprodução das condições de produção da pequena exploração. A fixação do SMAG (salário mínimo agrícola garantido) que o Governo estipulou em consequência do aumento do nível de vida nos outros sectores, mas cuja concretização é difícil de verificar, não modifica o funcionamento do sistema.

Com a aplicação da revolução agrária e a diminuição do desemprego devida ao desenvolvimento industrial e à intensificação da agricultura no sector autogerido, o equilíbrio constituído pela colonização (os domínios dos colonos empregando a mão-de-obra proveniente das pequenas explorações privadas), equilíbrio que ainda se mantém, pode, contudo, romper-se muito brevemente e abrir a porta para a modificação das relações de produção.

b) Explorações de tipo moderno predominantemente capitalista — Estas explorações estendem-se geralmente por uma superfície de mais de 50 ha, cobrindo aproximadamente 1 500 000 ha — um pouco mais do que aquilo que é considerado já grande exploração (ver quadro n.º 1). Caracterizá-las-emos como sendo predominantemente capitalistas, com algumas relações de produção de tipo pré-capitalista, sem que contudo estas últimas sejam suficientemente importantes para influenciar as suas características de produção. Será portanto desnecessário acrescentar que não se devem con-

fundir com explorações de tipo pré-capitalista, as quais empregam principalmente *khammés*. Estas estão muito próximas da exploração de tipo familiar (à excepção daquelas que recorrem ao trabalho assalariado). Estes agricultores constituem a burguesia rural, cujos interesses vão ser directamente atingidos pela revolução agrária.

As características destas explorações predominantemente capitalistas são as seguintes:

Mecanização e nível de intensificação: estas explorações são as mais dinâmicas do sector privado agrícola, destinando uma parte do seu sobreproduto a novos investimentos. São elas que adoptam as técnicas modernas, preocupando-se com intensificar os métodos de cultivo e com o aumento da rentabilidade. Foram elas que até agora mais beneficiaram com as medidas tomadas pelo Governo em relação aos mecanismos do crédito ou do abastecimento (créditos de equipamento e empréstimos para a aquisição de sementes seleccionadas e de adubos).

Integração e *contrôle* do mercado: a parte mais importante da produção destas explorações está canalizada para o mercado. Porém, os agricultores não se contentam unicamente em canalizar os seus produtos para o mercado, mas também em o controlar, por intermédio dos seus meios de transporte, dos locais onde se realizam os mercados e feiras (através da adjudicação). Finalmente, o *contrôle* dos mercados faz-se também através dos mecanismos do condicionamento e da transformação dos produtos.

O emprego de mão-de-obra assalariada: o trabalho efectuado nessas explorações é assegurado pelos assalariados permanentes e sazoneiros. A mão-de-obra familiar tem um papel secundário e a utilização do trabalho dos *khammés* não é importante.

Uma camada de agricultores médios encontra-se a meio caminho entre estes dois tipos de exploração precedentemente referidos. Estes dispõem de superfícies de cerca de 10 ha a 50 ha. As características desta última categoria não são homogéneas, podendo observar-se seja a dominância do tipo de explorações familiares, seja a dominância do tipo de explorações modernas capitalistas. Em relação a este tipo de explorações, a revolução agrária irá tentar enquadrá-las em estruturas de produção e comercialização.

A nossa análise seria insuficiente se não procurássemos dar uma ideia, embora esquemática, das estruturas do sector agrícola privado, focando os circuitos a montante e a jusante da produção agrícola.

3. Circuitos a montante e a jusante da produção agrícola

O estado controlava muito pouco, até à fase inicial da revolução agrária, os circuitos do sector agrícola privado, os quais eram dominados pela burguesia rural. A montante, as estruturas de abastecimento existentes beneficiavam principalmente, como já foi dito antes, os elementos pertencentes a esta classe.

Em relação à comercialização, é necessário distinguir entre a comercialização dos produtos controlados pelo estado (cereais e vinho) e os outros produtos. Os cereais eram entregues aos organismos estatais (cooperativas de cereais pertencentes a um organismo do estado), verificando-se, porém, que uma parte importante desses cereais passava ao lado das redes oficiais. No que se refere aos outros produtos, muito embora existissem organismos estatais de comercialização, eles eram quase unicamente vendidos através dos circuitos privados: nos mercados locais (*souks*) eram trocados em pequenas quantidades, enquanto nos grandes mercados citadinos, os grossistas e outros intermediários manipulavam as grandes quantidades.

Resumindo, os organismos estatais exerciam a sua acção quase exclusivamente em relação às unidades agrícolas autogeridas; os outros organismos também estatais (Sociedade Agrícola de Previdência, Banco Nacional, cooperativas de cereais), com uma acção dirigida ao sector privado, eram controlados e utilizados pela burguesia rural local. Disto resultava que a fixação dos preços da maior parte dos produtos (à excepção dos produtos controlados) escapava às autoridades estatais e que os mesmos se estabeleciam através das trocas do mercado, o que, consequentemente, tornava quase impossível a planificação do abastecimento do mercado. A revolução agrária teve de fazer frente a esta situação, propondo nos seus objectivos a reorganização dos circuitos a montante e a jusante da produção.

Tentámos caracterizar as estruturas anteriores à aplicação da revolução agrária: as estruturas arcaicas das pequenas explorações com subemprego da força de trabalho, explorações dominadas pelas relações pré-capitalistas, explorações de tipo moderno predominantemente capitalistas, circuitos agrícolas nas mãos da burguesia fundiária.

A revolução agrária, para atingir os seus objectivos, tem de modificar o conjunto dos aspectos do sector agrícola, e não somente do sector privado agrícola.

Vejamos agora quais os objectivos da revolução agrária antes de analisar os seus efeitos.

II

OS OBJECTIVOS DA REVOLUÇÃO AGRÁRIA ARGELINA

Durante o período de luta de libertação nacional (1954-62), o carácter prioritário da reforma agrária constituiu um dos elementos positivos dos projectos elaborados numa perspectiva de descolonização. E, em 1962, o *Programa de Trípolis* afirmava: «No contexto argelino, a revolução democrática popular é, em primeiro lugar, uma revolução agrária.»¹⁵ Entretanto, a perspectiva desta revolução agrária não estava ainda claramente afirmada, hesitando sempre entre uma perspectiva nacionalista que salvaguardasse os interesses duma classe possuidora e uma verdadeira revolução social. Contudo, se o programa de Trípolis se limitava a uma análise das forças sociais, na *Carta de Argel* já é assumida a perspectiva

¹⁵ Citado por J. L. Autin, «L'idée de réforme agraire en Algérie», in *Mémoire de DES.*, Outubro de 1971.

da luta de classes¹⁶. A opção da organização das terras recuperadas aos colonos e da sua entrega aos trabalhadores acelerou a necessidade de opções idênticas no sector privado agrícola e, consequentemente, dinamizou a ideia de reforma agrária dentro deste sector. Uma evolução incluindo estas etapas permitiria situar a evolução numa marcha constante e organizada, com vista ao socialismo¹⁷.

Nas vésperas de 19 de Junho de 1965, os princípios fundamentais da revolução argelina e a opção socializante eram vigorosamente afirmados. Do mesmo modo foi reconhecida como irreversível a escolha da via autogestionária para os antigos domínios dos colonos. O princípio da reforma agrária é assegurado, com prioridades precisas. Estas prioridades foram expressas pelo chefe do estado num dos seus discursos: «Não queríamos apressar a aplicação da revolução agrária pela simples razão de que a prioridade pertencia à autogestão, à reestruturação da economia numa maneira global, ao restabelecimento da segurança e da estabilidade em todo o território e à elaboração da revolução industrial.»¹⁸

Um anteprojecto de reforma agrária foi adoptado em 1966, mas feneceu sem ser aplicado. Um outro projecto apareceu em 1970, o qual consagrou a expressão *revolução agrária*, utilizada na *Carta de Argel*, em vez de *reforma agrária*. Esta modificação de terminologia corresponde a um alargamento da noção de reforma agrária, julgada esta como demasiado restritiva: «Trata-se de alargar o campo de intervenção (da revolução agrária) para além das operações de limitação e de redistribuição a tudo o que toca o desenvolvimento económico e social do mundo rural e que visa a promoção dos camponeses argelinos.»¹⁹

Enfim, a publicação da *Carta da Revolução Agrária* e do Decreto n.º 71-73, de 8 de Novembro de 1971, sobre a revolução agrária, consagra a orientação já afirmada no último projecto, já citado. O chefe do estado precisa este facto num dos seus discursos: «A revolução, na sua longa marcha, não deve parar no meio do caminho, porque é a revolução dum milhão de mártires²⁰, é a revolução das massas trabalhadoras. A revolução não perdoa a quem tentar impedir a sua marcha em frente. Os nossos objectivos são claros não só em relação às estruturas, mas também em relação à organização e à edificação da economia.»²¹

A revolução agrária pretende atingir os dois aspectos do mundo rural e transformá-los: o aspecto técnico e o aspecto político-social. «A revolução agrária não pode ser reduzida a um desses elementos: não é uma simples operação de redistribuição [das terras], [...] nem uma simples operação de modernização das técnicas culturais [...] Ela tende a eliminar toda e qualquer forma de exploração do trabalho dos outros, restabelecendo

¹⁶ *La Charte d'Alger*.

¹⁷ A. P. Lentin, «Le congrès du FLN et le socialisme algérien», in *Revue Internationale du Socialisme*, n.º 3, Junho de 1964.

¹⁸ Discurso do presidente Boumedienne proferido no seminário do 26 de Maio de 1970 sobre a revolução agrária e publicado pelo Ministério da Informação argelino.

¹⁹ Declarações do chefe do estado argelino, em 15 de Maio de 1968, aos responsáveis da imprensa nacional. Citado por J. L. Autin, *op. cit.*

²⁰ Os que morreram durante a guerra da libertação.

²¹ Discurso do chefe de estado, em 21 de Fevereiro de 1972, na abertura da VI Conferência dos Presidentes das Assembleias Populares Comunaes, *El Moujahid*. 22 de Fevereiro de 1972.

na agricultura relações directas de trabalho baseadas no princípio: a terra a quem a trabalha.»²²

A revolução agrária situa-se no contexto da luta das classes camponesas, luta que tem por objectivo uma mais justa redistribuição dos meios de produção agrícolas. Ela pretende «a melhoria das condições de vida da maioria [da população] [...] e a transformação radical das condições de vida e de trabalho dos camponeses».

Assim, tentaremos analisar os dois principais aspectos da revolução agrária: a elevação do nível da produção agrícola e a transformação das relações sociais.

1. A elevação do nível da produção agrícola

O texto da *Carta da Revolução Agrária* atribui a situação existente de estagnação da agricultura às estruturas herdadas do tempo do colonialismo: empobrecimento e degradação das terras, utilização de instrumentos de trabalho rudimentares, ausência de modernização e de intensificação, etc. Com efeito, logo após a independência, era fácil verificar que a agricultura argelina estava essencialmente ligada à França, dependendo dela nas diferentes estruturas de produção e de comercialização. A produção estava longe de suprir as necessidades da população e havia uma grande carência dos seguintes produtos: carne, produtos leiteiros, corpos gordos... Estes produtos eram importados, do que resultava um desequilíbrio na balança de pagamentos, estabelecendo-se uma dependência. Esta última tornava difícil a transformação das estruturas e a sua evolução em direcção a outros objectivos.

Uma valorização das terras parecia indispensável para estabelecer este equilíbrio e salvaguardar uma certa autonomia económica.

Já existia nos diferentes sectores uma política de reconversão global, mais exactamente no sector autogerido, onde as modificações eram directamente ditadas pelo estado ²³.

Tendo em vista a realização desta valorização, deviam pois ser abrangidos por ela os sectores mais desfavorecidos da agricultura: aqueles onde domina a propriedade privada e aqueles onde as terras são propriedades dominiais (do estado) ou comunais (da comuna — correspondente à freguesia). Nesta óptica seriam previstas as operações de ordenamento do território e das potencialidades dos solos, plantações de pomares, perímetros florestais, criação de zonas irrigadas...

Nas regiões de pequenas e médias explorações, a revolução agrária propõe-se intensificar e mecanizar as culturas existentes, introduzindo sementes seleccionadas, fertilizantes e outros produtos, assim como tractores ou outras máquinas que possam ser utilizadas nos terrenos pouco montanhosos.

Transformações profundas em certas regiões, assim como melhoramentos e transformações das técnicas, devem conduzir ao aumento dos rendimentos e, consequentemente, da produção agrícola. Esta produção deve servir para suprir as necessidades alimentares nacionais: alimentação

²² Preâmbulo da *Carta da Revolução Agrária*.

²³ A. Tiano, *Le Maghreb entre les Mythes*, P. U. F., Paris, 1968.

suficiente das populações rurais e fornecimento dos produtos necessários para o abastecimento das necessidades sempre crescentes das cidades.

Para assegurar a aplicação de tais medidas é necessária uma transformação profunda das estruturas da propriedade e geralmente uma redistribuição dos meios de produção. Desta maneira, a revolução agrária vai também mudar as relações sociais.

2. Transformações das relações sociais

Estas transformações atingem as estruturas da propriedade, em consequência da nacionalização das terras dos absentistas e das limitações da grande propriedade privada.

2.1 Supressão dos modos indirectos de exploração da terra

Partindo do princípio «a terra a quem a trabalha», a revolução agrária vai abolir a exploração indirecta e, conseqüentemente, todas as formas de absentismo. Como diz a *Carta da Revolução Agrária*, «trata-se essencialmente de suprimir a renda fundiária», renda que pesava sobre o arrendatário, locatário, *khammés* ou associado.

Este princípio geral não será aplicado a certas situações particulares, como, por exemplo, o caso dos proprietários de pequenas superfícies (menos de 5 ha nas terras secas e 0,5 ha nas terras irrigadas) que arrendam as suas terras. Este decreto não se aplica também aos proprietários emigrados (por um tempo limitado), aos inválidos, às viúvas, ou às pessoas que abandonaram as suas terras em consequência da guerra de libertação (nas zonas fronteiriças). Excepto nestas situações, que garantem a determinadas pessoas a protecção da sociedade, e exceptuando também as pequenas superfícies (que requerem um trabalho de emparcelamento longo e difícil), este princípio aplicava-se a todos os outros casos, tendo em vista «eliminar todas as formas de exploração». Assim, este princípio traduzir-se-á «pela melhor valorização das terras anteriormente arrendadas e pela transferência para benefício dos trabalhadores da renda fundiária ilegítimamente açambarcada pelo proprietário absentista» (*Carta da Revolução Agrária*). Esta medida de nacionalização e de atribuição das terras nacionalizadas aos trabalhadores agrícolas, locatários, associados e *khammés* atinge directamente a burguesia fundiária citadina. As medidas concernentes à limitação da propriedade tocam uma categoria mais larga de proprietários, pois vão atingir os interesses da burguesia fundiária rural.

2.2 Limitação da grande propriedade

Como já vimos, depois da independência mantiveram-se as grandes propriedades fundiárias, pertencentes a argelinos. As medidas de limitação vão atingir precisamente estas categorias de proprietários.

As superfícies máximas que podiam ser conservadas pelos proprietários foram determinadas em função das condições naturais de produção, das características técnicas e das potencialidades das diferentes regiões. Como regra geral, o decreto fixou como máximo uma superfície que produzisse um rendimento equivalente a três vezes o salário de um trabalhador de

autogestão que trabalhasse 250 dias por ano. Praticamente, o rendimento de base, que é o rendimento de uma parcela (superfície atribuída a um contribuinte), está fixado em 3000 dinares por ano, sendo portanto de 9000 dinares o rendimento máximo. O lote terá as seguintes dimensões: 10 ha a 15 ha em terrenos de sequeiro e 0,5 ha a 1 ha em terrenos irrigados; nas terras do Sul, a atribuição é diferente, visto que não é a terra que é doada, mas sim as palmeiras, em número de 20.

Este rendimento máximo e, portanto, as superfícies correspondentes poderão ser aumentados em função do número de filhos do contribuinte: se o proprietário tem um filho ou mais, o rendimento será de 13 500 dinares por ano.

Estas nacionalizações dão direito a uma indemnização, que é atribuída ao proprietário atingido por essas medidas. Essa indemnização não corresponde ao preço da terra no momento da nacionalização, mas dá direito a títulos nominativos do tesouro, emitidos com uma taxa de 2,5 % e amortizáveis em 15 anos.

De facto, a burguesia fundiária já há bastante tempo que tinha sido preparada para a ideia da reforma agrária e da nacionalização das terras. Por outro lado, a aplicação da revolução agrária, iniciada por uma campanha de doações de terra, pretendia associar espontaneamente os proprietários atingidos pela aplicação destas medidas. Além disso, a grande maioria dos doadores eram da pequena burguesia não rural (absentistas), aos quais se juntaram alguns grandes proprietários, que trouxeram só uma parte das suas terras.

Segundo Marc Olivier (*op. cit.*), esta burguesia fundiária, testemunho duma época passada, encontrava-se numa situação de fraqueza que não lhe permitia opor-se eficazmente à política seguida pelo Governo argelino. «O cumprimento do programa de libertação e a necessidade de as massas proletarianizadas servirem a revolução agrária implicam a eliminação da classe social dos grandes proprietários fundiários.» A defesa desta burguesia rural vai ser organizada de maneira a impedir ou a retardar a aplicação da revolução agrária. Esta classe realiza a sua reconversão e consolida as suas pressões nos outros sectores para onde ela transferiu o sobreproduto acumulado no sector primário.

Depois de termos verificado quais as categorias sociais atingidas pela revolução agrária, vejamos quais as categorias favorecidas.

2.3 Atribuição das terras nacionalizadas

Um dos objectivos da revolução agrária era o de favorecer as massas rurais proletarianizadas, especialmente as desempregadas e as subempregadas. Por este motivo, as terras são atribuídas prioritariamente aos trabalhadores agrícolas e *khammés*, aos locatários ou associados que cultivam estas terras. A parte atribuída é constituída por um lote de terra agrícola ou de vocação agrícola, de uma superfície podendo prover um rendimento equivalente à remuneração dum trabalhador do sector autogerido trabalhando 250 dias por ano (quer dizer, como já apontámos, 3000 dinares por ano). A superfície do lote atribuído e a superfície limitada foram fixadas para cada região através de decretos.

As terras atribuídas são exploradas em comum sob formas colectivas, constituindo cooperativas e pré-cooperativas (artigo 11 do decreto sobre a revolução agrária). A forma de atribuição mais frequente é a de atribuição

de terras, sob forma colectiva, sendo o número dos atributários fixado em função das superfícies distribuídas, de acordo com os dados fixados pelos vários decretos. A atribuição sob forma individual só é autorizada se não se encontrarem reunidas as condições económicas e sociais da sua exploração em comum (artigo 112 do decreto sobre a revolução agrária).

A atribuição individual ficará como uma forma secundária e não será utilizada senão a título excepcional: é o caso de parcelas muito espalhadas e de pequena dimensão.

A participação numa cooperativa polivalente de serviços constitui uma obrigação para os atributários da revolução agrária (artigo 113). No caso de atribuição individual, estes atributários têm de aderir às outras formas de agrupamentos pré-cooperativos. Além disso, os atributários cujas terras se situam num perímetro de valorização têm de respeitar certas condições específicas destas áreas.

Assim, a prioridade, expressa nos textos oficiais é dada às massas proletarianizadas, cujas formas colectivas de exploração e de organização da produção são estruturadas sob o *contrôle* do estado. As terras são atribuídas gratuitamente. No entanto, o atributário deve respeitar certas condições fixadas pelo decreto (2.^a parte, cap. III: trabalhar directamente a terra e participar nas formas colectivas de organização. Isto permite impedir um regresso a formas de exploração baseadas no pagamento de uma renda e estabelecer um *contrôle* dos trabalhadores sobre os meios de produção e sobre o produto.

Além disso, a revolução agrária abre boas perspectivas de participação da massa de mão-de-obra improdutiva, interessando-a no desenvolvimento do sector agrícola. Anteriormente, o desemprego e o subemprego custavam 1000 milhões de dinares por ano ao estado e envolviam 80 % da mão-de-obra rural. Poderemos pois interrogar-nos se a revolução agrária poderá ter uma envergadura suficiente para atingir toda esta camada da população, tendo em conta a superfície limitada das terras disponíveis para atribuição.

Por outro lado, é preciso acrescentar que a propriedade privada não está abolida. Se a revolução agrária elimina as explorações de dimensões importantes, de forma capitalista ou tradicional, reduzindo as suas superfícies, assim como as propriedades dos absentistas, as explorações de pequena ou média dimensão mantêm-se. A *Carta da Revolução Agrária* precisa: «Tendo por objectivo criar condições para uma transformação profunda, a revolução agrária não visa a abolição da propriedade privada enquanto tal: se ela suprime a possibilidade de os proprietários explorarem os trabalhadores, ou deixarem as terras abandonadas, confirma, por outro lado, os direitos dos pequenos e médios proprietários que cultivam as suas terras e garante os direitos dos pequenos e médios cultivadores.»

Assim, o poder preserva os direitos dessa pequena burguesia e quer associá-la, através de intervenções adaptadas às suas necessidades, a uma estratégia de desenvolvimento socialista. Este poder tentará incentivar, em relação a este grupo socioeconómico, melhores condições de trabalho e de vida. Ao nível da produção procura-se modernizar os equipamentos ou a atribuição de créditos... e ao nível do escoamento dos produtos propõe-se a suspensão dos intermediários e a participação nas cooperativas fornecedoras de diversos serviços de abastecimento e de comercialização.

Este aspecto apareceu numa maneira nítida durante a campanha que se seguiu à publicação do decreto, assim como nos discursos oficiais. Tinha por objectivo mostrar que a aplicação da revolução agrária não era

contraditória com os interesses desta categoria e que, consequentemente, ela se podia aliar às massas rurais desfavorecidas.

Uma última observação consistiria em dizer que a revolução agrária manteve a existência no seio da agricultura de três sectores ou «três modos de exploração da terra» (como diz a *Carta da Revolução Agrária*): a autogestão, o sistema privado e o sistema cooperativo.

Mas onde se situarão os pontos de unificação destes sectores: na planificação nacional ou nos circuitos de comercialização dos produtos? Será que a sua evolução conduz a um sistema unificado? ²⁴

III

AS NOVAS ESTRUTURAS INSTAURADAS PELA REVOLUÇÃO AGRÁRIA

A revolução agrária suprime as relações de produção pré-capitalistas: absentismo, *khammessat*, grande propriedade do tipo tradicional..., mas intervém também na propriedade moderna predominantemente capitalista. Propõe-se instaurar novas estruturas de produção e mudar as estruturas das explorações familiares existentes. Tem, enfim, como objectivo reorganizar os circuitos de abastecimento e de comercialização. Quais foram, pois, os meios utilizados e quais são as novas estruturas instauradas pelo governo argelino?

1. Estruturas nacionais e regionais de aplicação da revolução agrária

A decisão de aplicação da revolução agrária, decisão tomada pelo poder central sem a participação das massas, correspondia a um desejo real de transformação do nível de vida das massas rurais. Este desejo não se pôde expressar, em grande parte, devido à ausência de órgãos políticos realmente representativos da base (indício significativo da ausência de participação dessas massas rurais no sector político).

Uma das opções mais importantes da aplicação da revolução agrária é expressa no desejo de descentralização. Esta descentralização deverá, em princípio, abrir o caminho, através da aplicação das primeiras medidas, a uma adesão das massas rurais, o que irá permitir contrariar os eventuais bloqueios, a níveis diferentes, das categorias sociais cujos interesses se encontram em contradição com a revolução agrária.

Assim, a unidade territorial de base no seio da qual se executam as operações de nacionalização é a comuna (artigo 173 do decreto — a comuna corresponde à actual freguesia portuguesa). Os organismos comunais eleitos são, em princípio, encarregados da execução das operações de nacionalização e de atribuição das terras. Estes organismos são:

- 1) A assembleia popular comunal alargada (A. P. C. E.), formada de membros já eleitos a partir de listas apresentadas pelo partido

²⁴ Não nos é possível encarar todos estes problemas neste artigo. Por isso basta-nos evocá-los.

F. L. N., aos quais se juntaram os representantes das organizações de massas (representantes das uniões camponesas recentemente criadas, representantes do partido...).

- 2) O *comité* técnico comunal, formado por diferentes técnicos trabalhando no seio dos organismos agrícolas ao nível local (direcções da agricultura, dos serviços florestais, dos serviços hidráulicos, do serviço de crédito, do serviço de contabilidade...), que devem assistir à A. P. C. E. nas suas diferentes acções.
- 3) A cooperativa agrícola polivalente comunal de serviços, que foi criada um ou dois anos depois da entrada em aplicação da revolução agrária e que se propunha ajudar a A. P. C. E. na concretização de certas acções. Mas até agora ainda não pôde participar nestas tarefas (como vamos ver mais adiante).

1.1 *Órgãos de aplicação da revolução agrária ao nível local*

De facto, que representam estes órgãos comunais e qual foi o seu papel até agora?

a) *A assembleia popular comunal alargada* — O antigo organismo já existente, a assembleia popular comunal, era constituído essencialmente por notáveis: proprietários fundiários, comerciantes, funcionários públicos (incluindo o professor primário). No seu seio dominava a burguesia rural fundiária, simultaneamente também comerciante. A pequena burguesia participava e era preponderante nas regiões onde o parcelamento das terras não permitia a existência da burguesia fundiária (como já anteriormente a definimos). Uma parte dos responsáveis encarregados da aplicação da revolução agrária tinham interesses contrários à sua realização consequente. O poder central conhecia a situação e previu no decreto a eliminação das pessoas que faziam parte dos organismos de execução da revolução agrária e que seriam «susceptíveis de ser atingidas pelas medidas de nacionalização totais ou parciais ditadas pelo presente decreto» (artigo 174). Mas a ausência de participação destas pessoas no seio da A. P. C. E. não significou a eliminação da sua influência, que vai condicionar a aplicação das medidas tomadas.

Por outro lado, através duma série de decretos e instruções, o poder central sublinhava a necessidade de aplicação deste artigo, revelando, ao mesmo tempo, as dificuldades encontradas para afastar dos seus postos nos organismos locais esta categoria de indivíduos. Além disso, o decreto focava também a necessidade da presença dos representantes dos organismos de massas no seio da A. P. C. E. Mas, no momento do lançamento da revolução agrária, estes organismos eram quase inexistentes, ou existiam mas não representavam as massas. A decisão de criar a União Nacional dos Camponeses Argelinos (U. N. P. A.) foi avançada um ano depois da aparição dos textos oficiais, e esta não podia, dum dia para o outro e por intermédio duma decisão administrativa, mobilizar as massas rurais, já há muito afastadas de toda e qualquer participação no poder. Por enquanto fica posta a questão de saber se seria possível esta União dos Camponeses influenciar a fase seguinte, constituindo, como prevêm os textos da aplicação, um meio de expressão e de participação das massas rurais. De facto, a participação dos representantes desta União no seio das A. P. C. E. foi até agora de importância muito diminuta. A escolha

dos seus representantes, feita duma maneira rápida e sem suficiente preparação dos seus membros (atributários, pequenos camponeses e trabalhadores rurais), não é representativa, na maioria dos casos, dos interesses das categorias sociais interessadas.

Este problema da escolha dos responsáveis dos órgãos de aplicação da revolução agrária é duma importância primordial. Vai ser determinante nas primeiras fases da sua aplicação, mas podemos desde já sublinhar a ausência de participação das massas rurais. Ao contrário, a pequena burguesia, colocada em postos de execução, vai contentar-se com aplicar as decisões do poder central, sem verdadeiramente aderir aos objectivos definidos e continuando a submeter-se às pressões da burguesia fundiária. Não discernindo as medidas que podiam eventualmente favorecê-la na aplicação da revolução agrária, ela não ligou o seu destino ao das transformações em curso.

b) O papel dos técnicos — A comissão técnica, não existindo como um organismo autónomo, apresenta-se como uma forma de participação dos técnicos nas decisões da A. P. C. E. A presença destes foi determinante, principalmente no início da aplicação da revolução agrária: fixação das superfícies máximas dos proprietários, delimitação das áreas das cooperativas, escolha dos planos culturais, atribuição de equipamentos mecânicos... Não se integrando nos interesses locais e considerando-se como correia de transmissão do poder central, contribuíram duma maneira activa para a tomada de decisões práticas, aliados das opções do poder central, em apoio da revolução agrária. Mas estes técnicos não tomavam frequentemente em consideração a participação das massas rurais na aplicação da revolução agrária e depois na gestão das cooperativas.

c) O papel dos Serviços da Revolução Agrária — Se o papel dos técnicos era importante ao nível local, ele foi geralmente suplantado pelo dos Serviços da Revolução Agrária.

Estes serviços eram constituídos pelo jovens estudantes, que tinham de cumprir o serviço nacional (com a duração de dois anos e que os estudantes prestam no fim dos seus estudos universitários).

O poder deles aparece nitidamente, ao nível local, em certas regiões, às vezes suplantando os órgãos comunais, como a A. P. C. E. Estes serviços faziam pressão sobre os técnicos para activar a aplicação das medidas tomadas. De facto, o papel deles foi positivo para o avanço da aplicação da revolução agrária e limitou a luta entre as diferentes forças locais. Por outro lado, os Serviços da Revolução Agrária (existentes ao nível da *daira* e da *wilaya*) contribuíram para retirar à A. P. C. E. certas responsabilidades. Dirigiam a sua acção, involuntariamente, no sentido duma centralização da aplicação das decisões. Esta tendência pode explicar-se pela necessidade de assegurar a todo o custo a aplicação da revolução agrária, e isto numa situação caracterizada pela ausência de preparação, de participação e de politização das categorias favorecidas por essa mesma revolução.

Uma tal orientação constituía uma maneira de defender os interesses dos atributários, defesa que não podia fazer-se apenas através dos órgãos previstos pela lei, em consequência da composição dos poderes locais e das direcções das organizações de massas.

1.2 Órgãos regionais e centrais de aplicação da revolução agrária

Os órgãos locais tinham os seus correspondentes ao nível da *wilaya*: Assembleia Popular de Wilaya Alargada, executivo de *wilaya* (representantes dos serviços técnicos ao nível da *wilaya*), Serviço da Revolução Agrária. O papel destes órgãos era mais importante que o dos órgãos comunais, por causa da maior extensão da sua acção. Os problemas relativos à representatividade dos membros desses órgãos, em função das categorias sociais, eram os mesmos já apontados em relação aos organismos locais: presença da pequena burguesia, pressão da burguesia fundiária, ausência de representação real das massas camponesas. Além disso, a este nível, os representantes do poder central eram em número importante e tinham uma autoridade suficiente para desempenhar um papel importante em certas regiões. Ao contrário, nas regiões onde a influência da burguesia fundiária era importante, estes órgãos contentavam-se em aplicar as decisões que emanavam do poder central.

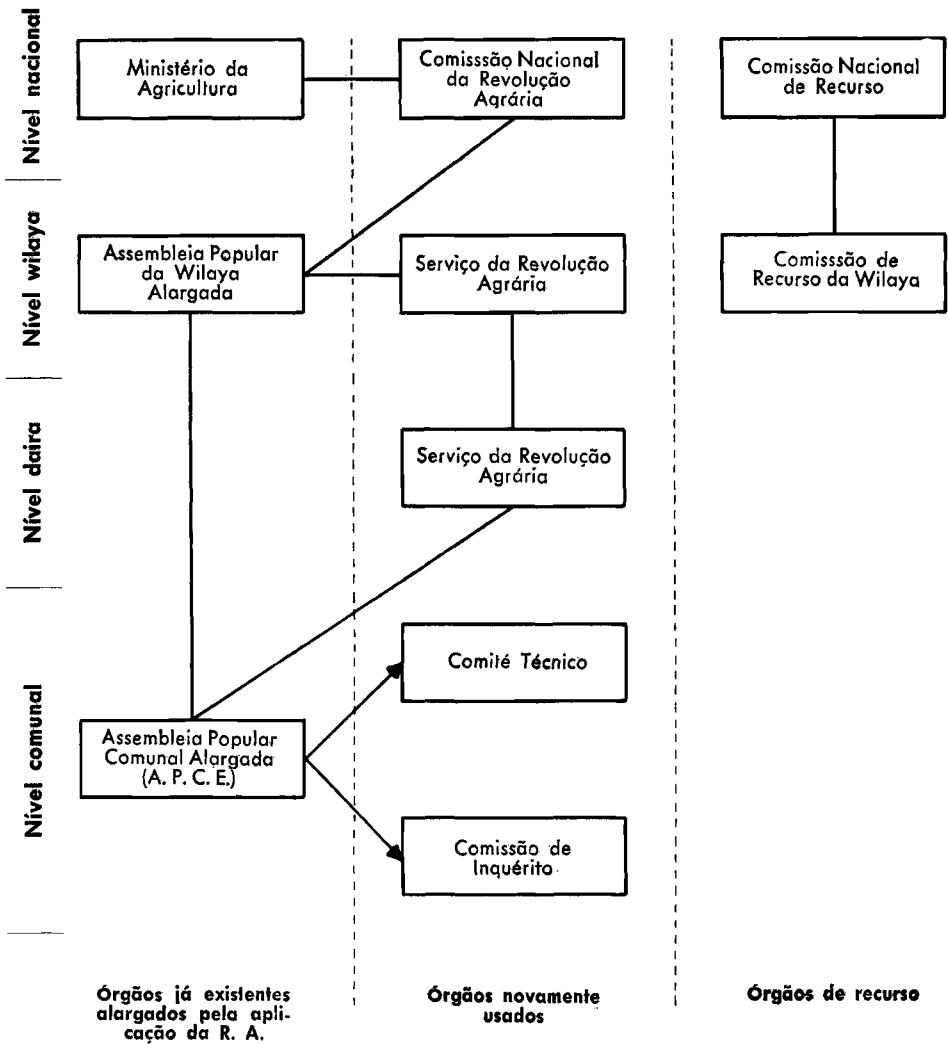
As medidas que visavam a aplicação da revolução agrária foram ditadas ao nível central, pela Comissão Nacional da Revolução Agrária (C. N. R. A.), presidida pelo ministro da Agricultura e formada pelos representantes dos diferentes ministérios (mas sem a presença das organizações de massas, mais precisamente das massas rurais). Esta comissão não se contentou em dar orientações gerais de aplicação: desceu muitas vezes aos pormenores, limitando assim as iniciativas dos órgãos locais. Ela não tinha muita confiança na iniciativa destes órgãos, conhecendo perfeitamente bem a composição e o modo de funcionamento extremamente burocrático das A. P. C. E.

Assim, a aplicação da revolução agrária utilizou o quadro administrativo existente, pretendendo porém alargar a sua representatividade. A aplicação da revolução agrária sofreu os efeitos do seu modo de funcionamento e da sua composição. Se mudança se quis fazer nas estruturas agrárias, ela podia ser radical se fosse modificada, não somente a forma, mas também a composição dos órgãos encarregados da aplicação da revolução agrária; queremos com isto dizer que se devia ter fortalecido a representatividade das categorias sociais mais desfavorecidas, com vista a atingir no futuro uma participação real das massas rurais.

1.3 Órgãos de recurso

Além dos órgãos já citados, o texto do decreto sobre a revolução agrária previa a criação de órgãos de recurso ao nível comunal, de *wilaya*, e ao nível nacional. O seu papel era julgar as contestações respeitantes às decisões tomadas pelos órgãos encarregados da aplicação da revolução agrária. A sua composição não difere sensivelmente da dos outros órgãos. Estas comissões já funcionavam ao nível comunal, tentando justificar as decisões tomadas pela A. P. C. E., ou corrigir estas decisões. De facto, as decisões contestadas, respeitantes às medidas de nacionalização ou às tentativas de desvio da lei, eram limitadas devido ao facto de as medidas tomadas pela C. N. R. A. serem muito precisas e tentarem responder aos problemas postos pelas situações locais. Por outro lado, o estreito *contrôle* dos Serviços da Revolução Agrária deixava poucas possibilidades de desvio da lei. Certas interpretações que restringiam a aplicação da revolução agrária foram feitas através de medidas ditadas pela C. N. R. A. —

Organigrama dos órgãos políticos de execução da revolução agrária



interpretação restritiva da noção de absentismo, delimitação da noção de rendimento (tomando em consideração a limitação da propriedade), interpretações relativas à noção de propriedade²⁵.

Enfim, atendendo à composição dos órgãos de aplicação da revolução agrária, esta mutação das estruturas agrárias aparece como que ditada pelo poder central. Há dificuldades em suscitar a participação das categorias sociais que deviam ser as mais interessadas e em criar as condições não somente formais da sua participação. A causa essencial destas características residia nas relações de força existentes e na composição do poder político, que assegurava a aplicação desta revolução. Podemos-nos assim pôr as seguintes questões: em que medida as estruturas criadas ao nível da produção vão permitir a realização dos objectivos fundamentais da revolução agrária (principalmente o das relações de produção)? Tendo em conta a situação económica existente e as relações do sector agrícola com os outros sectores da economia nacional, como se vai processar a realização desses objectivos?

2. Instauração do sistema cooperativo

Antes de abordar as realizações concretas do sistema cooperativo, vamos apresentar as diferentes formas de cooperativas previstas pela lei.

2.1 *As diferentes formas de cooperação previstas*

Este ponto está relacionado com o problema da escolha das formas das cooperativas mais adaptadas às situações existentes.

Os textos (estatutos-tipo das diferentes formas de cooperativa, decreto de 27 de Julho de 1972) propõem diferentes formas de transição dum sistema caracterizado pela propriedade privada a um sistema onde são postos em comum todos os factores da produção. Os textos prevêm também, enquadrando a produção, diferentes formas de cooperativas de serviços. As formas de transição incluem as pré-cooperativas de ajuda mútua, as pré-cooperativas de indivisários, as pré-cooperativas de valorização das terras, para chegar a formas mais complexas de cooperativa agrícola de exploração em comum e de cooperativa agrícola de produção (C. A. P. R. A.).

As formas de cooperativas de serviços previstas são a cooperativa agrícola de serviços especializados e a cooperativa agrícola de serviços polivalentes.

a) *As formas de pré-cooperativas de ajuda mútua e de indivisários* — Estas pré-cooperativas respeitam essencialmente aos pequenos e médios camponeses não atingidos pelas medidas de nacionalização ou de atribuição das terras do Fundo Nacional da Revolução Agrária. Estas medidas tentam favorecer certas categorias de produtores directos. De contrário, não podiam ser vistas com bons olhos as modificações introduzidas, pois aqueles não verificariam uma melhoria sensível das suas condições. Estas condições, comparadas com as dos que beneficiam das atribuições feitas pela revolução agrária, podiam mesmo piorar.

²⁵ Não vamos pormenorizar estes diferentes pontos. Já indicámos ao leitor os estudos, mais completos, publicados pelo C. N. R. E. S. R.

O objectivo destas pré-cooperativas de ajuda mútua consistia essencialmente nas compras em comum, por um grupo de camponeses, dos meios de produção, na elaboração dum plano de cultura em comum e em formas de trocas de serviços ou de ajuda nos trabalhos agrícolas.

Estas pré-cooperativas, como as outras, têm também como objectivo a melhoria do nível cultural e profissional dos seus membros, assim como das condições de vida e de habitação. Isto mostra que a revolução agrária não só diz respeito às condições de produção, mas visou também uma transformação global das condições de vida no campo.

Cada um dos membros destas pré-cooperativas continua a dispor da sua própria exploração e as trocas ou os factores de produção mantidos em comum ficam limitados e excluem a exploração colectiva da terra.

As pré-cooperativas de indivisários referem-se a uma situação precisa, na qual a terra pertence simultaneamente a diferentes membros duma mesma família. A fim de evitar uma partilha das terras e, consequentemente, um grande parcelamento, os textos da lei prevêem «a manutenção da unidade económica da exploração indivisa e a realização em comum de todas as operações relativas à produção agrícola e à comercialização dos produtos da exploração». Assim, esta forma visaria a manutenção duma exploração única, com os seus meios de tracção e a força de trabalho de todos os membros da família, dependendo a partilha da produção dos factores com que cada um contribuiu. Esta forma corresponde bem à situação das explorações de tipo familiar e tenta impedir a sua desintegração.

b) *As pré-cooperativas de valorização das terras* — Esta forma é prevista nos casos em que a exploração imediata das terras atribuídas exige certos trabalhos de valorização que podem durar alguns anos: regadio, plantações arborícolas... Estas pré-cooperativas permitem evitar a fórmula *chantiers de chômage*²⁶, que era praticada até agora para casos destes.

Nestes *chantiers* existe uma situação de emprego precário, não beneficiando os trabalhadores dos frutos dos seus esforços e não estando interessados no futuro das terras, após a sua valorização.

Nas pré-cooperativas de indivisários, os trabalhadores são integrados como atributários e, durante o tempo em que as terras não podem produzir, recebem remuneração da parte do estado. Quando as terras começam a produzir, as pré-cooperativas transformam-se progressivamente em cooperativas de produção.

c) *As cooperativas de exploração em comum* — Estas cooperativas podem-se constituir pela iniciativa de atributários de parcelas individuais, de camponeses que não são atingidos pelas limitações de terras, ou de pequenos camponeses. A adesão dos atributários individuais a estas cooperativas é obrigatória.

As cooperativas asseguram a exploração em comum das terras dos seus membros, assim como a utilização colectiva de diferentes meios de

²⁶ Trabalhos criados pelo Ministério do Trabalho argelino para empregar uma parte da população agrícola activa, mas sem trabalho. Os trabalhadores faziam trabalhos com pouca rentabilidade, eram pagos ao dia e não tinham nenhuma possibilidade de assegurar a regularidade dessas tarefas.

produção que não são propriedade individual dos diferentes membros. As cooperativas podem efectuar todas as operações de compra ou de venda que os seus membros desejarem e realizar todos os trabalhos agrícolas em que eles estiverem interessados (sem esquecer as actividades socioculturais).

Estas cooperativas estão previstas para o caso de as terras serem flexíveis, permitindo mais facilmente a introdução do sistema cooperativo nas regiões onde domina a pequena propriedade. Mais avançadas que as pré-cooperativas de ajuda mútua, diferem delas pelo facto de serem obrigatórias para os atributários em indivisão. Mas, como na pré-cooperativa de ajuda mútua, «cada membro da cooperativa continua a trabalhar directamente a sua parcela com a sua família, realizando, além disso, um plano de cultura estabelecido pela assembleia geral».

d) *As cooperativas de produção* — «A cooperativa tem por objectivo explorar em comum a terra e os outros meios de produção atribuídos colectivamente a certos dos seus membros no âmbito da revolução agrária, assim como incentivar as relações pessoais dos associados.»

Nestas cooperativas, todos os meios de produção são colectivos, assim como o trabalho que se realiza por intermédio das formas de organização colectiva. A remuneração dos membros faz-se a partir da partilha do produto das terras exploradas, levando em linha de conta a parte que vai para os diferentes fundos previstos pelo estado.

Por outro lado, as cooperativas de produção têm por objectivo a melhoria das condições de vida e de trabalho dos seus membros, do seu nível cultural e profissional, assim como a organização duma vida colectiva e a realização de infra-estruturas necessárias (por exemplo habitações) aos seus membros.

Estas cooperativas estão previstas para o caso de as terras serem atribuídas em comum ou colectivamente. É o caso das terras nacionalizadas que formam uma exploração única e indivisível, ou das terras onde há condições de criação duma exploração única.

Examinemos agora as formas de cooperativas de serviços.

e) *As cooperativas de serviços* — Nestas cooperativas há que considerar:

Cooperativas de serviços especializados: estas cooperativas têm por objectivo juntar os meios de produção (excepto a terra) de diferentes unidades produtoras, para a maximização do seu emprego e a aquisição daqueles meios de produção que ultrapassam a capacidade de compra de cada um dos seus membros. Têm também por objectivo a realização de operações de todo o género com interesse para os seus membros. Estas cooperativas podem associar as explorações individuais ou cooperativas dos diferentes tipos já citados: a sua actividade é limitada às explorações daqueles que são membros e que decidem do tipo de serviços a realizar, assim como das modalidades de organização desses diferentes serviços e da sua remuneração. É claro que o excedente serve para alargar as actividades das cooperativas, assim como para ser repartido entre os seus membros (tomando em

consideração os diferentes fundos citados no texto do decreto). Nenhuma unidade territorial é fixada para o exercício das actividades destas cooperativas, mas, geralmente, estas não ultrapassam os limites comunais.

Cooperativas agrícolas polivalentes comunais de serviço (C. A. P. C. S.): estas cooperativas vão constituir uma das etapas importantes da aplicação da revolução agrária. Previstas ao nível comunal (uma C. A. P. C. S. em cada comuna), são chamadas para fornecer serviços a todas as unidades de produção que se encontram a esse nível, sendo os seus membros explorações autogeridas, ou diferentes formas de cooperativa, ou explorações privadas. O seu papel não se limita ao fornecimento de serviços, tais como abastecimento, comercialização, aluguer de máquinas agrícolas, acondicionamentos, armazenagem e transformação dos produtos, pois também se encarregam da vulgarização das técnicas agrícolas, da organização e troca de serviços e trabalhos entre os seus membros e da resolução dos problemas socioculturais e profissionais dos seus associados. As cooperativas polivalentes de serviços participam também na aplicação da revolução agrária e devem assegurar a continuidade de certas acções, tais como a revisão anual das listas dos proprietários privados e a substituição dos atributários nas condições previstas pela lei (morte, deposição...). No final das operações de nacionalização e de distribuição de propriedades, no âmbito da revolução agrária, estas cooperativas encarregam-se de elaborar em cada ano, com a A. P. C. E., a lista dos proprietários não cultivadores, com o fim de procederem a novas nacionalizações e atribuições de terras. As C. A. P. C. S. têm um papel coordenador ao nível das diferentes unidades de produção duma comuna, papel coordenador que se estende às relações entre as unidades de produção e as autoridades administrativas. São o instrumento de reorganização de todos os circuitos a montante e a jusante da produção. Vão servir também para a planificação e *contrôle* da produção agrícola, visto que as cooperativas e as explorações autogeridas têm de aderir obrigatoriamente a estas cooperativas. A adesão indirecta dos cultivadores privados é também obrigatória, visto que todos os circuitos da produção devem, em princípio, passar por estas cooperativas.

Determinadas explorações que não fazem parte das C. A. P. C. S. podem igualmente utilizar os seus serviços, mas não têm prioridade nem beneficiam das mesmas vantagens que os seus membros. Deste modo, atendendo à importância que lhes está destinada, estas cooperativas assumem no futuro um papel primordial.

Depois desta rápida apresentação ²⁷ das diferentes formas de cooperativas, vamos ver qual a importância dada, na prática, a cada uma dessas formas.

²⁷ Para mais pormenores refira-se a organização das diferentes cooperativas: decreto-lei de 27 de Julho de 1972, *Journal officiel argelino*, n.º 64.

2.2 A criação das cooperativas

Na aplicação da revolução agrária procedeu-se progressivamente por etapas e integrando as experiências positivas do processo de transformação das estruturas agrárias. De facto, como já referimos, a revolução agrária foi concebida e concretizada pelo poder central sem a participação da base, alegando aquele que esta participação se podia formar e consolidar depois dos primeiros resultados positivos que concretizariam as intenções do poder.

Assim, a actuação do Governo pode ser explicitada através de três fases:

- 1.^a fase: entrega das terras dominiais, comunais e das terras *arch* e *harbous* ao Fundo Nacional da Revolução Agrária; atribuição dessas terras e criação de cooperativas (1972-73).
- 2.^a fase: nacionalização das propriedades dos absentistas e limitação das grandes propriedades privadas; atribuição das terras privadas e criação de cooperativas (1973-75 e continua).
- 3.^a fase: organização das pastagens; limitação da propriedade do gado e criação de cooperativas pecuárias. Esta fase está agora a começar, pois os textos saíram só em Setembro de 1974. É uma fase com características específicas, as quais, só elas, mereciam uma análise que não podemos aqui fazer. Esta fase inclui também a reorganização das áreas florestais e a criação de cooperativas florestais. É uma fase que tudo leva a crer será bastante longa.

Para já, a 1.^a fase acabou e as outras estão a iniciar-se. Podemos dar uma ideia das suas realizações, mas os dados são insuficientes para se fazer uma avaliação do impacte real da revolução agrária. Tentaremos formular algumas hipóteses a partir dos primeiros resultados, das dificuldades que a aplicação da revolução agrária encontrou e dos problemas económicos mais globais do país onde se desenrolou este processo de transformação das estruturas agrárias.

Um primeiro balanço feito a partir do trabalho da Comissão Nacional (C. N. R. A.) e dos diferentes relatórios dos *wali* (responsáveis da *wilaya*, equivalentes aqui aos governadores civis) permite fazer uma ideia das realizações da 1.^a fase ²⁸.

Durante a 1.^a fase, 730 756 ha de terras públicas e dominiais (sobre os 8 milhões de hectares de terras recenseadas, mas cuja maior parte é inculta) foram atribuídas a 50 040 atributários. 45 % dos atributários eram os antigos cultivadores ou locatários dessas terras e os atributários restantes foram escolhidos por serem pequenos camponeses e camponeses sem terras.

Os critérios da escolha foram: 1) a qualidade de antigo cultivador das terras; 2) a qualidade de antigo combatente durante a guerra de libertação; 3) o elevado número de pessoas dependentes; 4) os camponeses sem terras passavam à frente dos pequenos camponeses nas listas estabelecidas pelas A. P. C. E.

²⁸ Balanço publicado na revista do Ministère de l'Agriculture *Terre et Progrès*, Maio de 1974.

Nas terras atribuídas foram formadas 2614 cooperativas, agrupando 97 % dos atributários. Somente 6866 ha foram atribuídos a título individual a 1197 atributários, sendo o total dos atributários de 50 040.

A forma de cooperativa mais frequentemente escolhida foi a cooperativa de produção (C. A. P. R. A.). O facto de as terras não serem propriedade privada permitiu a instauração imediata de formas colectivas de exploração. Podemos-nos interrogar se esta escolha teria sido a melhor, isto porque os atributários não estavam preparados para formas colectivas de organização. Algumas dificuldades no funcionamento dessas cooperativas têm na origem essa falta de preparação dos atributários.

As C. A. P. R. A. representam mais de metade das unidades de produção: cerca de 1391, agrupando 50 % dos atributários. As cooperativas de exploração em comum são cerca de 825, representando 31 % da totalidade e agrupando 28 % dos atributários, e, na maioria dos casos, apresentam-se sob formas que podem criar uma certa confusão com as cooperativas de produção. As características das cooperativas de exploração em comum não ficaram bem definidas na prática; muitas vezes, os seus estatutos não correspondiam às intenções para que tinham sido criadas. As cooperativas de valorização das terras foram numerosas: cerca de 1259, representando 15 % das cooperativas criadas e agrupando 9796 atributários (1/5 do total dos atributários). O funcionamento destas foi bastante difícil; a maior dificuldade encontrada pelos atributários foi a sua confusão com os *chantiers de chômage*, anteriormente referidos. As cooperativas de valorização das terras tentaram evitar cair nos mesmos problemas.

As outras formas cooperativas ainda não foram aplicadas, mas a sua criação está prevista para a 2.^a fase.

Podemos referir algumas características das cooperativas criadas: em primeiro lugar, foi feito um esforço no sentido da criação de unidades de produção cooperativas que não ultrapassassem os 400 ha de sequeiro, excepto nas cooperativas de valorização das terras, que podiam englobar mais de 1000 ha. Esta dimensão das cooperativas podia evitar problemas complexos de gestão e de técnica para os quais os cooperadores não estavam preparados, como aliás aconteceu nas unidades autogeridas. Assim, à escala nacional, o número médio de atributários por cooperativa era de 13 para uma superfície média de 260 ha, e enquanto no sector autogerido havia uma média de 52 trabalhadores por unidade e uma superfície média de 1200 ha.

Por outro lado, a fixação da superfície por cooperativa foi feita, na prática, de maneira a assegurar aos cooperadores um rendimento anual que não fosse inferior a 3000 dinares por ano e por cooperador. A superfície média por cooperador foi de 13,3 ha em sequeiro.

A 2.^a fase, ainda não acabada, avança rapidamente nas regiões do litoral, onde as grandes propriedades são facilmente delimitáveis e os problemas relativos ao estatuto da propriedade são menos complexos: caso da indivisão. As estruturas existentes nestas regiões permitem a mobilização de meios importantes para a realização da revolução agrária. Nas regiões do interior, este avanço encontra mais dificuldades, sendo as operações de recenseamento das terras, anteriores à sua delimitação, mais lentas e laboriosas. A influência também da burguesia fundiária é mais forte e cria obstáculos com o fim de retardar as operações.

A diversidade das estruturas da propriedade vai permitir, na 2.^a fase, a instauração de diferentes formas cooperativas. A forma de

cooperativa de produção tem sido até agora privilegiada, principalmente no caso de nacionalização de grandes extensões de terras, permitindo que estas sejam atribuídas a um grupo de cooperadores. As formas pré-cooperativas (de indivisários e de ajuda mútua), características das zonas de pequenas propriedades, não vão ser criadas imediatamente — o seu aparecimento vai ser retardado para o período posterior às nacionalizações. De facto, estas formas pré-cooperativas exigem mais tempo para serem criadas e encontram mais dificuldades devido à complexidade das estruturas da propriedade. Um emparcelamento da propriedade parece ser necessário neste sector e está, aliás, previsto para mais tarde. Por outro lado, não se pode fazer uma reorganização nos sectores da pequena propriedade sem a participação dos interessados e sem a aceitação, por parte deles, das formas colectivas de organização. As experiências de reformas agrárias nos outros países do mundo mostram que uma imposição de formas de organização colectivas sem o acordo dos interessados não pode conduzir senão a um malogro. A transição para as formas colectivas deve ser progressiva e passar pela organização política dos pequenos camponeses e dos camponeses sem terras.

2.3 *A criação de aldeias socialistas («villages socialistes»)*

Não se pode falar das realizações da revolução agrária sem mencionar as aldeias socialistas, que devem ser vistas através dos objectivos mais globais da revolução agrária, que pretendem modificar radicalmente as condições de vida no campo. A ideia consiste na construção de aldeias, reagrupando atributários da revolução agrária, pequenos camponeses e trabalhadores da autogestão. No seio destas aldeias existiria não somente um trabalho comum, mas também uma vida social e cultural igualmente comum e a facilidade de acesso às infra-estruturas sociais (escola, dispensário...), administrativas e àquelas relativas à produção agrícola.

Por outro lado, a criação destas aldeias parecia necessária, visto que a organização das cooperativas engendrou uma deslocação dos cooperadores, pelo facto de as terras atribuídas ficarem bastante distantes do lugar de habitação, porém respeitando sempre os limites duma mesma comuna. Por vezes, este problema pode ser resolvido pela escolha de atributários que morem perto das terras atribuídas, mas, em muitos casos, os atributários vinham de diferentes pontos duma comuna. Este problema de habitação tornou-se rapidamente, segundo os próprios cooperadores, um dos mais prementes. A solução do estado foi propor a criação de aldeias socialistas, concebidas essencialmente pelos aparelhos administrativos (elaboração dos projectos e execução). Esta solução era porém muito morosa e não permitia a resolução dos problemas pelos directamente interessados (como, por exemplo, uma solução do tipo autoconstrução de habitações melhoradas do tipo tradicional, com materiais tradicionais). Mesmo assim, foi a proposta oficial que vingou, repetindo-se as afirmações de princípio relativamente à necessidade de participação da base na concepção e realização destas aldeias ²⁹.

²⁹ «Seminaire sur l'habitat rural», Março de 1973, assim como uma «Circulaire ministerielle» de 9 de Julho de 1973, seguida de outras circulares.

Está prevista a construção a longo prazo de 1000 aldeias socialistas. Actualmente, umas 40 estão em vias de realização, das quais 17 aldeias-piloto, já acabadas. O objectivo destas aldeias não é (como aconteceu durante a colonização) reagrupar a população (*les regroupements*), mas sim uma certa maneira de fazer beneficiar as populações rurais das infra-estruturas. Estas aldeias devem permitir criar as condições duma organização colectiva, a partir da produção em comum. Progressivamente, elas irão estendendo o seu campo de acção aos diferentes aspectos da vida social, forjando assim, não somente novas relações de produção, mas também novas relações sociais de produção. A instauração de novas relações favorece a passagem do estado onde as relações sociais se confundem com as relações familiares a um estado de alargamento das relações sociais ao conjunto da sociedade. As novas relações devem permitir a criação de relações socialistas. Depois de século e meio de colonização, as estruturas tradicionais, em desintegração, devem ser substituídas por novas estruturas que não sejam capitalistas. Mas, como vamos ver, as realizações deste tipo vão encontrar obstáculos de toda a ordem e lutas que mais não são do que influências e pressões para serem implantadas as relações de tipo capitalista.

2.4 *O papel das cooperativas polivalente de serviços (C. A. P. C. S.) na reorganização dos circuitos agrícolas*

Esta forma de cooperativa merece uma atenção especial por causa do lugar importante que vai ocupar na reorganização dos circuitos agrícolas, mais precisamente dos circuitos de abastecimento e comercialização. Uma C. A. P. C. S. vai ser criada em cada comuna. São previstas 600 C. A. P. C. S., 350 das quais estão em vias de realização (construção de abrigos e outras instalações). Algumas delas já funcionam e as outras devem começar a funcionar dentro de pouco tempo. Em relação às cooperativas já criadas, era necessário construir estruturas de enquadramento a montante e a jusante da produção. Já existiam organismos para servir unicamente as explorações autogeridas (à excepção das S. A. P. — ver parte 1). Estes organismos encontravam-se, na maioria dos casos, muito distantes das unidades cooperativas. Foi este um dos motivos que levaram o Governo a criar as C. A. P. C. S. ao nível comunal.

Podemo-nos interrogar sobre se as C. A. P. C. S. e as uniões de C. A. P. C. S. (ao nível da *wilaya*) vão, quer suplantam os organismos agrícolas já existentes, quer ser as intermediárias entre os organismos e as unidades de produção. O passado desses organismos e as suas relações com as explorações autogeridas mostram que o excedente das explorações era absorvido duma maneira improdutivo pelos circuitos agrícolas. Actualmente processa-se uma luta intensa: os organismos agrícolas tentam salvar os seus interesses e a possibilidade de alargamento das suas actividades e as C. A. P. C. S. e uniões de C. A. P. C. S., sustentadas por uma parte da administração, querem conquistar as prerrogativas que lhes são inerentes na lei que as criou (*Ordonnance portant Statut-Type des C. A. P. C. S.*, 27 de Julho de 1972).

Esta confrontação traduz as contradições existentes no seio do poder entre uma fracção que defende os interesses da burguesia (comerciante e industrial, aliada à burguesia rural), a qual domina os circuitos dos organismos agrícolas, que continuam a ser governados pelos intermediários,

mandatários, grossistas..., e outra fracção que defende os objectivos da revolução agrária.

Assim, o açambarcamento do excedente agrícola, em vez de ser realizado ao nível da produção, é-o ao nível dos circuitos a montante e a jusante dessa mesma produção agrícola. Por isso, a oposição em relação à revolução agrária é forte nos circuitos de troca, onde a burguesia comerciante tem efectivamente o seu peso, mais importante mesmo que a influência da burguesia fundiária.

Uma tentativa foi feita na *wilaya* de Argel no sentido da reorganização total dos circuitos; com esta tentativa procurou-se que os organismos agrícolas a montante e a jusante da produção tivessem uma influência crescente nos circuitos de distribuição.

Procurou-se levar a cabo, ao nível da *wilaya*, a criação duma união de cooperativas, encarregada de organizar o abastecimento e a comercialização de todos os produtos agrícolas do mercado interno. Esta experiência debate-se actualmente com muitas dificuldades, devidas à oposição dos organismos agrícolas. O facto de estar a ser tentada numa *wilaya* canaliza para ela todas as oposições e torna-a mais vulnerável às sabotagens (por exemplo, o desvio dos produtos do sector privado desta *wilaya* para serem comercializados nos mercados das outras *wilayate*, ainda não controladas pelas uniões de C. A. P. C. S.). Por outro lado, o avanço das operações da revolução agrária nas diferentes regiões reforça as possibilidades de *contrôle* do mercado pelas C. A. P. C. S.

É difícil dizer qual vai ser o papel das C. A. P. C. S.: irão elas constituir um instrumento utilizado pelos organismos agrícolas para açambarcar uma parte do sobreproduto das cooperativas e explorações autogeridas, ou, pelo contrário, os cooperadores e outros produtores vão tentar ter um poder de decisão nestas instituições, que só então se tornarão realmente defensoras dos interesses dos seus associados?

Através da análise dos objectivos da revolução agrária e das diferentes estruturas que ela propõe verifica-se que se pode tornar possível, como já vimos, aumentar não só o nível da produção, mas também o nível das forças produtivas, objectivos comuns a todas as reformas agrárias, sem esquecer as mudanças no seio das relações de produção.

Não é suficiente criar formas juridicamente colectivas para obter relações de produção de tipo socialista. Estas relações supõem efectivamente uma apropriação pelos produtores dos seus meios de produção e do produto. Temos de ter também em conta a necessidade da realização dos mesmos objectivos a todos os níveis e em todos os sectores da economia nacional. A revolução agrária poderá ser um catalisador capaz de revelar e ampliar as fricções e oposições do sistema existente e as relações de força no poder.

IV

OS PROBLEMAS DA APLICAÇÃO DA REVOLUÇÃO AGRÁRIA

É difícil recensar todos os problemas encontrados na aplicação da revolução agrária. Mas podemos explicitar, a partir dos estudos feitos algumas cooperativas, as dificuldades encontradas na 2.^a fase e as

consequentes medidas tomadas pelo poder central. Assim, podemos focar certos efeitos da revolução agrária sobre o sector agrícola privado, ou sobre o sector agrícola em geral, assim como alguns problemas relativos ao funcionamento das cooperativas criadas.

1. Efeitos da revolução agrária sobre o sector agrícola

Encaramos as repercussões da revolução agrária a três níveis, intimamente ligados: o nível de emprego da população agrícola, as modificações nos rendimentos dos atributários e a participação e organização das massas rurais.

1.1 Efeitos sobre o nível de emprego agrícola

Para produzir os seus efeitos sobre o sector privado mais desfavorecido, a revolução agrária tinha de responder ao problema agudo do desemprego e do subemprego da população activa agrícola masculina. Em que é que a revolução agrária contribuiu para mudar a situação? E será que esta situação foi efectivamente transformada, ou está em vias de profunda transformação?

a) *Mão-de-obra e terras disponíveis* — Uma das primeiras afirmações da *Carta da Revolução Agrária* consistia em dizer: «A revolução agrária é uma intervenção que deve ter um carácter geral e global, porque está ligada ao conjunto dos dados da vida e do trabalho na agricultura.»

Segundo o quadro n.º 1, existiriam 623 000 pessoas activas desempregadas no sector agrícola, o que corresponde a uma média de 400 000 lares rurais³⁰. Ter-se-á de acrescentar que os pequenos camponeses, cuja força de trabalho é subempregada, são da ordem dos 135 000, baseando-nos para este cálculo no conjunto daqueles que dispõem de menos de 1 ha (*Statistiques agricoles*, n.º 5, MARA). O objectivo da revolução agrária seria, pois, instalar mais de 400 000 lares rurais nas terras do Fundo Nacional da Revolução Agrária. É difícil para já calcular o conjunto das terras que podem ser atribuídas. Segundo os primeiros resultados do recenseamento das terras privadas, podiam ser recuperados aproximadamente 300 000 ha de terra. Mas este número pode ir até 500 000 ha, por causa da subestimação das superfícies declaradas pelos proprietários. Se acrescentarmos que podem ser atribuídos 10 ha por atributário, haverá possibilidade de satisfazer 50 000 atributários. A estes podemos juntar alguns milhares que podem ser instalados nas cooperativas de valorização das terras, mais precisamente, nas terras comunais ainda não atribuídas (e não incluídas nas superfícies agrícolas úteis). Este número pode ainda ser aumentado se forem feitas mais explorações nas terras recentemente aproveitadas para cultivo. Adicionando os 70 000 atributários da 2.ª fase aos 50 000 atributários da 1.ª fase, vemos que somente 120 000 atributários, num total de mais de 400 000 lares rurais, podem ser satisfeitos. O segundo plano quadrienal

³⁰ Considerando um lar constituído por 6 pessoas, entre as quais haveria uma percentagem média de 1,5 activos masculinos, segundo o estudo de M. Olivier, *op. cit.*

prevê 150 000 atributários³¹, incluindo os atributários das cooperativas pastoris previstas na 3.^a fase da revolução agrária. Assim, o problema do emprego não pode ser resolvido pela aplicação da revolução agrária. Ele supõe uma reorganização global do sector agrícola, incluindo o sector autogerido, e uma absorção de mão-de-obra deste sector pelos outros sectores.

b) *A situação do emprego em relação ao nível de desenvolvimento das regiões* — Na realidade, o problema do emprego é diferente segundo as regiões. Em certas *wilayate*³², como Argel, Oran, Tizi-Ougou, verificamos a ausência de candidaturas para a atribuição de terras na 2.^a fase da revolução agrária. E nestas mesmas *wilayate* encontramos um grande número de desistências por parte dos que já estão nas cooperativas e que as abandonam para ir trabalhar nos outros sectores. Na *wilaya* de Argel, onde a situação é mais aguda, foram registados 40 % de desistências (segundo o relatório da Comissão Nacional, *op. cit.*; em outras *wilayate*, a percentagem de desistências é mais baixa, aproximadamente 7,5 % ao nível nacional. Há sempre a possibilidade, nos casos de falta de atributários numa *wilaya*, de recorrer aos atributários de outras *wilayate*, principalmente aqueles com mais inscrições e que não poderão satisfazer a todos por falta de terras (artigo 122 da Ordonnance de 8 de Novembro de 1971). Mas um outro problema que provém deste consiste na dificuldade motivada pelas deslocações das populações.

As percentagens elevadas de desistências dos atributários estão, por outro lado, ligadas ao desenvolvimento industrial das diferentes regiões. Verifica-se que o desemprego é mais reduzido nas regiões onde as indústrias, e mais particularmente as indústrias de transformação, e o sector da construção são importantes. Estas regiões atraem mesmo a mão-de-obra de outras regiões menos favorecidas industrialmente. Mas o problema do desemprego continua a estar presente nas *wilayate* do interior do país (Titteri, Aurès, Saïda...), onde o sector agrícola é o dominante e os investimentos nos outros sectores são extremamente fracos. O Governo, no primeiro plano quadrienal, previu uma absorção do desemprego até 1980, estando a criação de novos empregos planificada em função deste marco. Porém, esta planificação ignora os efeitos da revolução agrária sobre o emprego nos outros sectores. Mas, como afirmamos no ponto seguinte, a diferença de remuneração é um factor que contribui para manter a desigualdade entre os diferentes sectores.

1.2 Remuneração e rendimento dos cooperadores

A remuneração dos cooperadores é fixada por decreto e tem de ser vista em relação com a produção. Esta produção é repartida entre os produtores após serem subtraídas as partes destinadas aos diferentes fundos previstos (artigo 53 do estatuto-tipo das C. A. P. R. A.). Os pagamentos prévios fazem-se mensalmente, e segundo decisão tomada pela assembleia geral dos cooperadores, em cada cooperativa. Mas, durante o primeiro ano (1972-73), o estado avançou uma alocação não reembolsável de 150 dinares por mês para cada cooperador, à qual é preciso acrescentar o

³¹ Segundo plano quadrienal, 1974-77, relatório geral, p. 70.

³² *Wilayate*: plural de *wilaya*.

equivalente de 100 dinares em géneros (trigo, azeite, açúcar...). Porém, na realidade, esta última alocação em géneros foi sempre inferior aos 100 dinares estabelecidos. No final do ano, as cooperativas beneficiárias deviam distribuir a outra parte como pagamento prévio para o ano seguinte. Uma série de factores vão desvirtuar a observância dos princípios previstos pela lei:

- 1) O estado fixou o pagamento prévio de 175 dinares por cada coo- perador (1973-74), sem dar a possibilidade às assembleias de cada cooperativa de se pronunciarem sobre este problema, em função da situação particular de cada uma. Este facto constitui também uma prova da falta de confiança do estado na capacidade de decisão dos cooperadores.
- 2) A situação complicou-se devido ao facto de o estado confiar a contabilidade das cooperativas a um organismo estatal de contabi- lidade, que já funcionava para as explorações autogeridas. Como havia sempre atrasos na elaboração dessa contabilidade, o cálculo do benefício só muito dificilmente se podia fazer. Por outro lado, os serviços do Ministère de l'Agriculture ignoravam a contabilidade elaborada pelos cooperadores (que existia em muitos casos, mas numa maneira mais simplificada).
- 3) Os textos legais ignoravam, por outro lado, os casos das coopera- tivas deficitárias. De facto, as superfícies atribuídas foram calcu- ladas para obter um rendimento de 3000 dinares por cooperador. Acontece, porém, que, quando a colheita é fraca, o rendimento previsto não pode ser atingido. As cooperativas que não disponham de nenhuma reserva dos anos anteriores vêm-se obrigadas a apelar para o estado no sentido de este subvencionar o défice.

As consequências destas decisões provocam efeitos nefastos sobre as cooperativas beneficiárias:

A decisão de nivelar a todas as cooperativas o pagamento prévio anulava praticamente a diferença entre cooperativas bene- ficiárias e cooperativas deficitárias, o que contribuía para minimizar o princípio da redistribuição do produto segundo o trabalho do cooperador, assim como deixar a porta aberta para a instauração de formas de salariado, como acontece no sector autogerido. Por outro lado, certas cooperativas eram mais favorecidas porque possuíam terras mais férteis, ou instalações de regadio funcio- nando melhor, etc.

Nas regiões onde a remuneração é mais elevada, a fixação deste pagamento prévio vai provocar um grande número de desistências. Que significa este fenómeno?

A maioria dos atributários da revolução agrária consideravam a sua entrada para uma cooperativa como uma forma de emprego igual a qualquer outra, sem, porém, terem qualquer garantia de estabilidade. Assim, não hesitaram em abandonar o título de atributários quando a remuneração não correspondeu às suas aspirações, não pensando em todas as vantagens que, a longo prazo, lhes podia oferecer a revolução agrária.

A motivação que os levou a aceitar serem atributários foi meramente de ordem salarial. A consequência disto foi que, nas regiões mais ricas e mais industrializadas, as cooperativas encontraram reais dificuldades para se manterem. A forma de cooperativa escolhida e o rendimento equivalente à parcela atribuída correspondiam sobretudo aos anseios dos cooperadores das regiões mais desfavorecidas, caracterizadas por uma taxa de desemprego bastante mais elevada. Os efeitos da revolução agrária sobre as condições de vida dos atributários serão diferentes segundo as situações locais.

Por outro lado, existia no seio das cooperativas uma desigualdade de rendimento entre os cooperadores motivada pelas diferenças da sua origem socioeconómica. Com efeito, alguns eram antigos locatários ou rendeiros que tinham acumulado um certo capital e possuíam gado. Outros eram pequenos camponeses que continuavam a dispor duma pequena parcela individual e de pouco gado. Pelo contrário, os antigos trabalhadores assalariados e *khammés* não tinham outro rendimento que não fosse o rendimento da atribuição. Assim, a revolução agrária não vai ser defendida da mesma maneira por todos os atributários. Para os que dispunham dum magro salário ou estavam uma parte do tempo desempregados, a atribuição vai constituir segurança e uma fonte de rendimento permanente; para os outros, o rendimento da cooperativa juntava-se a outras formas de rendimento já existentes, as quais, sem a atribuição, seriam insuficientes. Esta situação criou muitos problemas ao nível das cooperativas, agravados pelo facto de alguns atributários poderem dispor duma parcela individual e de gado.

1.3 Problemas de participação e de organização dos atributários

Para resolver os diferentes problemas levantados pela aplicação da revolução agrária, deviam os cooperadores participar necessariamente neste processo. Porém, a realidade é um pouco diferente e o que se verifica é que os problemas surgidos ao nível das cooperativas continuam a ser solucionados directamente pelo poder central, ou pelos serviços administrativos do Ministère de l'Agriculture. Nestas condições, se a revolução agrária pretende a abolição das relações de produção capitalistas e pré-capitalistas, quais são as novas relações de produção estabelecidas ao nível das unidades de produção criadas?

Uma das condições essenciais para estabelecer novas relações de produção coincide com os objectivos da *Carta da Revolução Agrária*, visando a abolição de toda a forma de exploração e a participação das massas rurais. Esta participação pode realizar-se, não somente na gestão interna das cooperativas, mas também através do funcionamento do sistema no seu conjunto, incluindo os circuitos a montante e a jusante da produção. Esta via de instauração das novas relações de produção supõe uma organização de massas que inclua camponeses sem terras, pequenos camponeses, cooperadores e trabalhadores das explorações autogeridas. A União Nacional dos Camponeses Argelinos (U. N. P. A.), recentemente criada, não tem a envergadura suficiente para se impor. Dispondo da adesão «obrigatória» (dos cooperadores e dos pequenos camponeses, condições *sine qua non* de integração na C. A. P. C. S.) de um milhão de camponeses, ela não revela um engajamento real e activo da parte destes últimos. Não existindo uma instituição capaz de defender os interesses das classes mais desfavorecidas, corre-se o risco de continuar a haver o açambarcamento do sobreproduto agrícola pela mesma categoria socialmente privilegiada.

Se assim for, a revolução agrária aparece como uma necessidade para aumentar a produção agrícola e para obter um sobreproduto mais elevado, mas que não seria aproveitado pelos produtores.

Foi desencadeado um processo que põe em causa os interesses duma parte da classe no poder. O sucesso da revolução agrária depende finalmente do resultado desta luta, que não diz respeito somente ao sector agrícola. «Ou a revolução agrária triunfa, e assegurará a justiça, os direitos e a igualdade através de todo o país, ou falha, e assistiremos ao aparecimento duma nova burguesia argelina, que seria talvez mais dura e mais abjecta do que a burguesia colonial que nos explorava no passado.»³³

Conhecendo a possibilidade desta porta aberta e as consequências que acarretaria a agudização das lutas de classes com interesses contraditórios (é aqui que se situam as contradições), pode ler-se no mesmo discurso: «Não é nossa intenção criar conflitos de classe. Não queremos apontar a dedo os inimigos da revolução, como aconteceu em outras revoluções. Tentamos basear-nos na responsabilidade, que permite a todos os argelinos, qualquer que seja a sua opinião política, contribuir para a edificação da pátria e do futuro em comum.» Porém, após as dificuldades encontradas na aplicação da revolução agrária, a posição do chefe do estado radicaliza-se.

Se estes são alguns dos primeiros problemas que vão surgindo conforme se delinearem as linhas mestras da aplicação da revolução agrária, problemas que respeitam ao sector agrícola como um todo, quais são os problemas que se podem observar através do funcionamento das cooperativas?

2. Problemas relativos ao funcionamento das cooperativas

Os problemas postos a um nível geral traduzem-se ou repercutem-se ao nível do funcionamento das cooperativas e explicam, em parte, as dificuldades encontradas. Examinemos somente os pontos que nos parecem mais importantes relativos à escolha das técnicas, à apropriação dos meios de produção e à autonomia das cooperativas.

2.1 Escolha das técnicas e mecanização

Já vimos que um dos objectivos da revolução agrária era aumentar a produção e elevar o nível das forças produtivas. Um dos pontos essenciais onde esses objectivos se cristalizam é a escolha das técnicas, as quais estão intimamente ligadas aos planos de cultura.

Os planos de cultura das cooperativas foram elaborados pelos serviços técnicos do Ministère de l'Agriculture (directões da agricultura ao nível de *daira*). Eles tinham de observar as prioridades e as directrizes formuladas ao nível central e ligadas à planificação nacional. Estes planos de cultura, em certas regiões, influenciavam modificações importantes relativas às técnicas culturais precedentemente utilizadas, impulsionando uma certa intensificação e mecanização. Esta escolha impõe as seguintes consequências:

- 1) A prioridade dada à mecanização pode contradizer os objectivos da planificação nacional, que pretendem reabsorver o desemprego

³³ Discurso do presidente Boumedienne aos presidentes das Assembleias Populares Comunaes, *El Moujahid*, 22 de Fevereiro de 1972.

- existente duma maneira muito rápida. Além disso, o problema do desemprego, ligado às relações de produção capitalistas, só pode ser solucionado pela transformação das relações de produção.
- 2) A mecanização a todo o custo pode contribuir para a instauração de amortizações que vão influenciar o déficit das cooperativas. Uma outra solução mais favorável consistiria na atribuição duma parte do material às cooperativas de serviços (cooperativas especializadas ou C. A. P. C. S.)³⁴. Esta solução podia, porém, impedir as locações de material subutilizado das cooperativas de produção a outras cooperativas ou a explorações privadas. Estas locações incentivavam, por parte dos cooperadores, a perspectiva da procura do lucro, o que originava a deformação dos seus objectivos e transformava as cooperativas em «empresas de locação de material».
 - 3) Por outro lado, os produtores não dominavam as técnicas aplicadas. Isto favorecia a centralização das decisões das técnicas que deviam ser utilizadas. Este ponto contribuía para a diminuição do poder de decisão dos produtores em benefício dos organismos técnicos. Uma introdução progressiva das técnicas, assim como uma intensificação da formação profissional (que começa a fazer-se), poderiam impedir esta falta de *contrôle* por parte dos produtores. Uma das suas consequências foi a diminuição da produção durante os primeiros anos (independentemente de outros factores, conclusão feita a partir de observações concretas).
 - 4) É dada a prioridade às culturas susceptíveis de serem comercializadas, em detrimento das culturas que podem satisfazer as necessidades de consumo dos produtores. Porém, na prática, os produtores vão tentar corrigir os planos de cultura favorecendo um certo auto-consumo, ao mesmo tempo que tentam cultivar hortas cuja produção é destinada ao autoconsumo.

2.2 Apropriação dos meios de produção e do produto

Em relação à utilização dos meios de produção atribuídos às cooperativas, estas não encontravam nenhum limite ao seu poder de decisão. O caso era diferente com a utilização da terra, a qual era regulamentada pelos planos de cultura, assim como com a utilização da mão-de-obra sazonal (limitada aos períodos de colheita).

Nas cooperativas com um sistema de cultura intensivo³⁵, devido quer às superfícies atribuídas, quer às desistências de alguns cooperadores, o emprego de trabalhadores sazonários tornou-se muito importante. Este sistema favorecia simultaneamente os sazonários (o salário mínimo agrícola era de 12,20 dinares por dia, ultrapassando assim a remuneração dos

³⁴ No seu primeiro ano, as cooperativas de produção não receberam nenhum material e dependiam em parte das S. A. P. (mais precisamente, as cooperativas cerealíferas), que alugavam tractores às explorações privadas. Como as S. A. P. aplicavam preços muito elevados nas locações, a reacção dos cooperadores e dos técnicos da agricultura foi fazer pedidos de equipamento em máquinas sem terem estabelecido qualquer espécie de planificação e sem estarem estas necessidades relacionadas com o funcionamento das cooperativas de serviços.

³⁵ Notamos que nas superfícies atribuídas se não toma em consideração o problema da mão-de-obra necessária para as culturas praticadas, mas somente o rendimento dessas culturas.

cooperadores). É verdade que estes últimos podiam partilhar uma parte importante do benefício. Estas deformações, devidas ao conjunto do sector agrícola (incluindo o sector autogerido), contribuíram para o prolongamento das relações de produção capitalistas neste sector. A procura do lucro pelas cooperativas através da locação do seu material fazia que o interesse particular do grupo sobrelevasse ao interesse colectivo. Assim, o facto de os produtores poderem dispor dos meios de produção supõe que se estabeleçam condições para a instauração de novas relações de produção: a primeira condição seria ter o estado por objectivo a instauração das mesmas relações em todos os outros sectores da economia nacional; uma outra condição seria lutarem os produtores para a concretização destas novas relações.

A apropriação do produto pelos produtores pode fazer-se, quer directamente, através do autoconsumo, quer pelo *contrôle* dos circuitos de troca pelos produtores.

- a) O autoconsumo pelos produtores dos produtos da cooperativa traduz-se, na maioria dos casos, e mais precisamente nas cooperativas cerealíferas, no facto de os produtores retirarem da produção uma parte equivalente ao consumo familiar (médio) de cereais. Este autoconsumo foi proibido pelo Ministère de l'Agriculture (Agosto de 1973), mas esta proibição não foi respeitada. Com efeito, seria absurdo exigir dos cooperadores a compra no mercado dos produtos que eles produziam em quantidades importantes. Atendendo ao facto de a maioria deles viverem em condições aleatórias, pois não tinham a possibilidade de assegurar o seu consumo anual de cereais, a cooperativa não faria mais que reproduzir as condições da existência anterior destes cooperadores. Por outro lado, como já vimos, a remuneração dos cooperadores era mais fraca do que a existente no sector privado ou no sector autogerido (sem falar das remunerações no sector industrial).
- b) Ao nível dos circuitos de troca, a única possibilidade de *contrôle* dos produtores seria actuarem em relação às C. A. P. C. S. e às uniões de C. A. P. C. S. onde eles estão representados. Podiam agir de modo que estas cooperativas se não transformassem em instrumentos nas mãos dos organismos agrícolas, que açambarcariam o sobreproduto do seu trabalho. Mas o problema que se põe é o de saber se os camponeses sem terras e os pequenos camponeses estão preparados para tais acções.

2.3 *Autonomia das cooperativas*

As cooperativas conseguem solucionar sem grandes dificuldades os problemas que surgem no dia-a-dia, isto é, os problemas referentes às relações entre os cooperadores. Porém, quando surgem problemas mais importantes eles têm de ser resolvidos pelos organismos estatais.

Estes organismos, até à criação das C. A. P. C. S., estavam encarregados do abastecimento e da comercialização dos produtos das cooperativas.

Logo após o início da revolução agrária, os organismos agrícolas ficaram dominados pela burguesia comerciante. As C. A. P. C. S., que em princípio deviam suplantam estes organismos, encontraram muitas

dificuldades de implantação, assim como formas de concorrência que dificultavam as suas funções. Os produtores que ainda não têm nenhum *contrôle* sobre as C. A. P. C. S. e que ainda não identificam os seus interesses com os interesses destas confundiam-nas com os organismos agrícolas existentes. A consequência disto é que cada cooperativa de produção defende somente os seus próprios interesses, sem tentar ultrapassar este nível e ver o interesse comum a todas as outras cooperativas de produção. Estas cooperativas tentam salvaguardar uma certa autonomia interna, o que, finalmente, pode servir para esconder, nestas cooperativas, um novo sistema de exploração.

Assim, os cooperadores não compreendem ainda o objectivo final do sistema cooperativo e não estão preparados e informados para participar no seu funcionamento.

CONCLUSÃO

O sucesso da revolução agrária depende intimamente da estratégia desenvolvida nos outros sectores da economia nacional.

Se uma prioridade é dada à indústria, qual será o papel da agricultura e da revolução agrária no processo de desenvolvimento global da economia nacional? Poderá a revolução agrária transformar realmente as relações de produção?

A agricultura representa, do ponto de vista da indústria, uma massa de consumidores potenciais, e é portanto também em relação a este mercado que se procura lançar as bases da industrialização. A elevação do nível das técnicas faz-se, no processo de produção, com a utilização de produtos industriais. Por outro lado, a uma produção mais elevada acrescem fontes de maior massa de rendimentos, permitindo assim o alargamento do mercado dos produtos industriais. A revolução agrária, ao destruir as relações de produção pré-capitalistas, facilita o desenvolvimento duma parte do sector agrícola e assegura a sua ligação com o desenvolvimento do sector industrial. A revolução agrária faz desaparecer os latifúndios e os absentistas em benefício das cooperativas sob a direcção (até agora) do estado (planos de cultura, circuitos de troca...).

Estas cooperativas são susceptíveis de realizar investimentos, de valorizar as terras e de aumentar o sobreproduto agrícola disponível para o desenvolvimento. A revolução agrária mobiliza uma parte importante deste sobreproduto, que estava nas mãos dos proprietários fundiários, dos comerciantes e de outros intermediários. É também preciso deixar bem claro que, se a revolução agrária não integra nas suas acções o conjunto dos pequenos camponeses e camponeses sem terras, ela permite que se mantenha uma certa reserva de mão-de-obra, certamente menos desocupada, mas que facilita o fortalecimento das relações capitalistas de mercado (agrícola e industrial), o que, sem dúvida, pode constituir um obstáculo para a instauração de novas relações de produção. Da mesma maneira, a destruição das relações de parentesco subjacentes às relações de produção pré-capitalistas facilita a penetração das relações capitalistas.

Por outro lado, os proprietários a quem limitaram as superfícies das suas terras podem ficar com áreas determinadas, com uma parte dos

meios de produção, com o material agrícola na sua totalidade (à excepção dos absentistas), com o gado, etc.

Isto permite-lhes adaptarem-se à nova situação, conservando uma certa importância do ponto de vista da produção agrícola e do mercado. Foi anulada, aliás, a interdição que dizia respeito à impossibilidade de eles fazerem parte duma cooperativa de serviços enquanto durassem as operações de limitação das terras. Porém, como esta medida não foi por diante, há o risco de estes proprietários virem a assumir uma certa preponderância no seio destas cooperativas de serviços.

Como a revolução agrária respeitou a divisão da agricultura em diferentes sectores — autogerido, privado, cooperativo —, e sendo um dos seus objectivos unificar os circuitos a montante e a jusante da produção, houve que ter em conta grandes dificuldades devidas à diversidade das relações de produção existentes nos diferentes sectores. Não há dúvida de que os circuitos de circulação dos produtos estão ligados aos interesses duma burguesia mais forte que a burguesia fundiária. Assim, se a revolução agrária for desvirtuada nos seus objectivos, corre-se o risco de se verem as relações de produção pré-capitalistas ou capitalistas serem substituídas por novas relações de tipo capitalista. Se assim for, a revolução agrária favorecerá certas classes próximas do poder político, económico e administrativo, em prejuízo das massas rurais, o que não é impeditivo, porém, duma real melhoria das condições de vida das massas rurais.

Estes riscos de deformação da revolução agrária são reais e alguns aspectos já citados da sua aplicação comprovam as tendências que podem contribuir para a desvirtuar. A questão de saber se a revolução agrária poderia instaurar relações de produção socialistas teria também de ser examinada duma maneira mais aprofundada. Ter-se-iam de analisar as relações entre os diferentes sectores da economia nacional para saber se a política neles seguida é coerente e coincide com os objectivos da revolução agrária.

A condição essencial para que a classe dos pequenos camponeses e camponeses sem terras possa beneficiar das transformações e concretizar os objectivos fixados é a sua organização de maneira a poderem participar no poder. A revolução agrária dá-lhes esta possibilidade através das assembleias populares comunais, das uniões dos camponeses, das C. A. P. C. S., etc. Resta perguntar se esta classe tem virtualidades que lhe permitam assumir estas transformações.

Contudo, sem essa participação das massas rurais, os riscos de desvirtuamento das transformações sociais são grandes, somados mesmo às eventuais contradições reveladas no seio do poder.

Lisboa, Março de 1975